



Indicadores Sociais do CEARÁ

2017

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento e Gestão

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE

Indicadores Sociais do CEARÁ 2017

Fortaleza - CE
2018

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Camilo Sobreira de Santana – Governador

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DO CEARÁ
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)
Francisco de Queiroz Maia Júnior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

João Mário Santos de França – Diretor de Estudos Sociais

Marília Rodrigues Firmiano - Gerência de Estatística, Geografia e Informação - GEGIN

COORDENAÇÃO:

João Mário Santos de França

ELABORAÇÃO:

Parte 1 – Resumo dos Indicadores – Luciana de Oliveira Rodrigues

Parte 2 – Análise detalhada dos Indicadores

1. Aspectos Demográficos - Luciana de Oliveira Rodrigues
2. Condições dos Domicílios — Rayén Heredia Peñaloza e Jimmy Lima de Oliveira
3. Saúde – Victor Hugo de Oliveira e Rayén Heredia Peñaloza
4. Educação – Luciana de Oliveira Rodrigues
5. Mercado de Trabalho – Dércio Nonato Chaves de Assis e Jimmy Lima de Oliveira
6. Renda, Desigualdade e Pobreza – Dércio Nonato Chaves de Assis e Jimmy Lima de Oliveira

Indicadores Sociais do Ceará - 2017.

Fortaleza, IPECE, 2018.74p.: graf. tabs.

ISSN 1983-4934

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará. 1 – Título.

CDU31 (813.1)

Copyright 2018 IPECE

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº | Edifício SEPLAG | Térreo – Cambéba
Fones: (85) 3101-3496 | 3101-3521 | Fax: (85) 3101-3500
CEP: 60830-120 | Fortaleza - CE.
ouvidoria@ipece.ce.gov.br
www.ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Estado para ano de 2017. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescentam-se algumas novidades em termos de gráficos e análises com o único objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil interpretação dos resultados.

Vale ressaltar que as bases de dados utilizadas foram a dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, de 2006 a 2017, do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde extraídos do DATASUS e do pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação.

A parte 1 do estudo apresenta um resumo de 22 indicadores mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 2006 e 2017. Em seguida é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a região Nordeste e o país primeiramente para o ano de 2017, em seguida as taxas de variações entre 2017/2016 e 2015/2006.

Já na parte 2 realiza-se análises temáticas dos indicadores (por demografia, condições dos domicílios particulares e permanentes, saúde, educação, mercado de trabalho, pobreza e desigualdade) para a série 2006 a 2017 com exceção de 2010, ano em que foi realizado o Censo Demográfico.

Com isso, espera-se contribuir para a adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos em comparação com o Nordeste e o Brasil.

João Mário de França

Diretor da Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES..... | 6 |
| PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES..... | 13 |
| 1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS..... | 14 |
| 2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS..... | 20 |
| 2.1. Abastecimento de água..... | 20 |
| 2.2 Serviço de esgotamento sanitário..... | 21 |
| 2.3 Serviço de coleta de lixo..... | 24 |
| 2.5 Posse de bens duráveis..... | 26 |
| 3. SAÚDE..... | 29 |
| 3.1 Saúde Geral..... | 29 |
| 3.2 Saúde ao Nascer..... | 31 |
| 3.3 Causas de Morte..... | 37 |
| 3.3.1 <i>Mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)</i> | 38 |
| 3.3.2 <i>Mortes por Causas Externas</i> | 41 |
| 4. EDUCAÇÃO..... | 43 |
| 4.1. Evolução dos indicadores educacionais..... | 43 |
| 4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)..... | 50 |
| 5. MERCADO DE TRABALHO..... | 55 |
| 5.1. Desemprego, Ocupação e a Geração “Nem-Nem”..... | 56 |
| 5.2. Rendimento do Trabalho, Desigualdade e Taxa de Participação..... | 60 |
| 5.3. Informalidade e Ocupação por Atividade Econômica..... | 63 |
| 6. RENDA, DESIGUALDADE E POBREZA..... | 66 |
| 6.1. Evolução da Renda..... | 67 |
| 6.2. Desigualdade..... | 68 |
| 6.3. Extrema Pobreza e Pobreza..... | 71 |
| 6.3.1 <i>O Desafio da Extrema Pobreza Infantil no Ceará</i> | 74 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 76 |

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES

RESUMO DOS INDICADORES

Nessa seção faz-se uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do estado do Ceará em 2017, compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil.

Devido a substituição da PNAD, pela PNAD-Contínua a partir de 2012, será realizada uma comparação com os indicadores equivalentes de 2006 e 2015, a fim de analisar a evolução dos indicadores selecionados no longo prazo e de 2016 e 2017 considerando o curto prazo.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidência, em termos gerais, se o Ceará vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo. Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

- (1) Indicador do tipo “quanto maior, melhor”:

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

- (2) Indicador do tipo “quanto menor, melhor”:

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de radares. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciarão se o Ceará tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 22 indicadores apresentados a seguir:

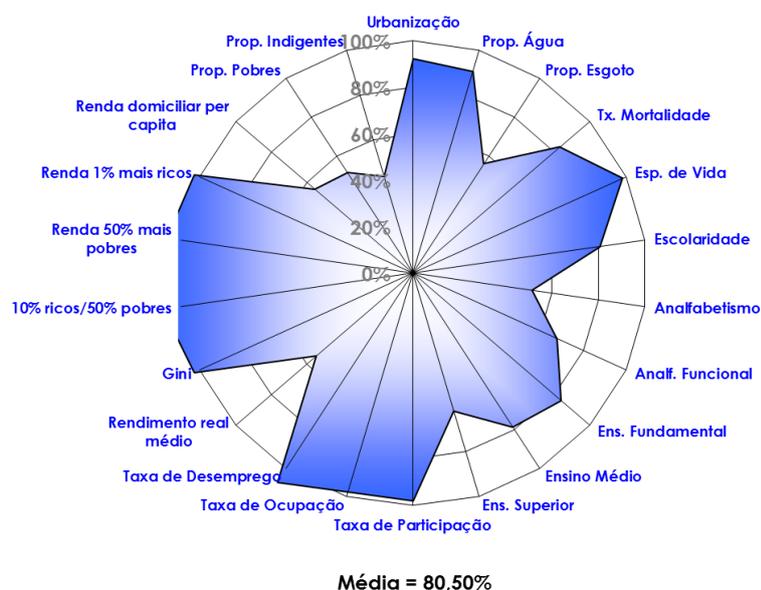
- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)

- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (↑)
- Percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio completo (↑)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior completo (↑)
- Taxa de Participação (↑)
- Taxa de Ocupação (↑)
- Taxa de Desemprego (↓)
- Rendimento Real Médio (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)

Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os gráficos 1 e 2, a seguir, apresenta a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 2006 e 2017.

Gráfico 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2006



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

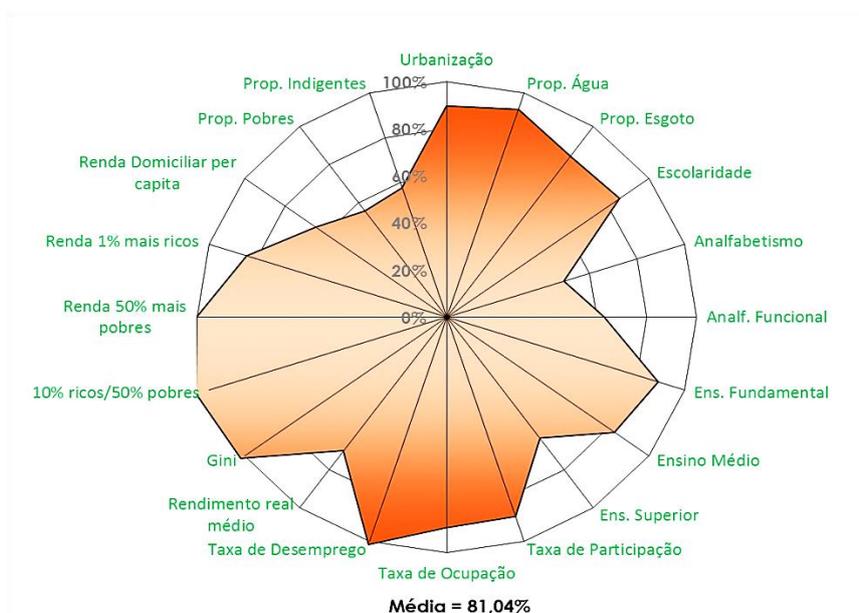
Conforme o Gráfico 1, em 2006, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 80,50% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados. Neste

ano, o Ceará apresentou desempenho melhor nos seguintes indicadores: menor taxa de desocupação; menor índice de Gini; menor razão da concentração de renda dos 10% mais ricos em relação aos 50% mais pobres; maior renda apropriada pelos 50% mais pobres e; menor proporção da renda apropriada por 1% da população mais rica.

Para 2017, são analisados 20 dos 22 indicadores destacado anteriormente, uma vez que, não havia informações disponíveis até a publicação desse estudo sobre esperança de vida ao nascer e taxa de mortalidade infantil.

De acordo com as informações apresentadas no Gráfico 2, o Ceará atingiu uma média de 81,04% da situação brasileira, em 2017, apontando para uma melhora da situação cearense em relação a 2006. Dos indicadores que o Ceará teve melhor resultado que 2017, destaca-se: menor taxa de desocupação, menor índice de Gini e menor razão da concentração de renda dos 10% mais ricos em relação aos 50% mais pobres.

Gráfico 2: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2017



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Para compreensão da variação no longo e no curto prazo dos indicadores analisados, apresenta-se nos Quadros 1 a 3 a variação de 2006/2015 e de 2016/2017, em razão das diferenças metodológicas de coletas de dados da PNAD e da PNAD-Continua não é possível a comparação de 2006 e 2017:

Portanto, em resumo temos a seguinte situação:

- ✓ O Ceará, em 2017, encontrava em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 15 indicadores. E apresentou uma taxa de desocupação menor

que o Brasil e o Nordeste, mesmo apresentando uma variação positiva entre 2016 e 2017 (Quadro 2)

QUADRO 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2017

| INDICADORES | | Valores em 2017 | | |
|-------------|--|-----------------|-------|-------|
| | | CE | NE | BR |
| 1 | Grau de Urbanização (%) | 76,9 | 74,8 | 85,8 |
| 2 | Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%) | 78,8 | 79,5 | 84,9 |
| 3 | Proporção de Domicílios c/ esgotamento sanitário adequado (%) | 63,1 | 61,8 | 74,8 |
| 4 | Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) * | - | - | - |
| 5 | Esperança de Vida ao Nascer (em anos) * | - | - | - |
| 6 | Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo) | 7,8 | 7,7 | 9,1 |
| 7 | Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) | 14,2 | 14,5 | 7,0 |
| 8 | Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais) | 23,8 | 24,2 | 15,0 |
| 9 | Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo | 56,7 | 54,0 | 63,6 |
| 10 | Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo | 40,3 | 39,9 | 48,5 |
| 11 | Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo | 10,0 | 10,3 | 15,7 |
| 12 | Taxa de Participação (%) | 55,4 | 55,0 | 62,2 |
| 13 | Taxa de Ocupação (%) | 47,9 | 48,1 | 54,7 |
| 14 | Taxa de Desemprego (%) | 12,3 | 14,7 | 12,5 |
| 15 | Rendimento Real Médio | 1.432 | 1.409 | 2.039 |
| 16 | Índice de Gini (Desigualdade de Renda) | 0,560 | 0,567 | 0,549 |
| 17 | Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população | 15,1 | 15,7 | 14,3 |
| 18 | Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população | 14,8 | 14,4 | 15,2 |
| 19 | Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população | 14,5 | 14,8 | 12,2 |
| 20 | Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$) | 825 | 808 | 1.271 |
| 21 | Proporção de pessoas pobres | 19,9 | 21,4 | 11,1 |
| 22 | Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes) | 9,9 | 11,2 | 5,7 |

Fonte: PNAD-IGBE/DATASUS. Elaboração IPECE

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

* Indicadores indisponíveis para 2017 no momento da publicação.

O Quadro 2, apresenta a variação percentual de 2017 em relação a 2016. Entre os indicadores de educação, destaca-se:

- ✓ O crescimento da escolaridade média dos cearenses, em anos de estudos, foi superior a do Nordeste e do Brasil.
- ✓ Assim como a redução na taxa de analfabetismo absoluto e funcional da população de 15 anos ou mais de idade.
- ✓ Embora a proporção de cearenses com Ensino Superior seja inferior ao Nordeste e o Brasil, em 2017 (Quadro 1), a variação percentual em relação a 2016 foi superior as demais regiões analisadas;

Dos indicadores de mercado de trabalho verifica-se as seguintes situações:

- ✓ O Ceará apresentou uma queda na taxa de participação maior que o Nordeste, enquanto que o resto do país apresentou um crescimento positivo.
- ✓ Das três regiões analisadas o Ceará foi o único que teve queda na taxa de ocupação entre 2016 e 2017. Por outro lado, embora tenha apresentado aumento na taxa de desocupação, ela foi menor que o Nordeste e o Brasil.

Em relação aos indicadores de desigualdade e renda observa-se que:

- ✓ Ocorreu um aumento da desigualdade de renda entre os cearenses medido pelo índice de Gini. Contudo, nota-se um aumento da renda domiciliar *per capita* superior ao Nordeste e o Brasil.
- ✓ Além de ter sido o único entre as três regiões que reduziu a proporção de pessoas em situação de pobreza. Embora tenha ocorrido um aumento na proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, ela foi inferior ao Nordeste e o Brasil.

QUADRO 2: Resumo dos Indicadores Sociais
Variação percentual de 2017 em relação a 2016

| INDICADORES | | Valores 2017/2016 | | |
|-------------|--|-------------------|-------|-------|
| | | CE | NE | BR |
| 1 | Grau de Urbanização (%) | 0,39 | 0,27 | 0,00 |
| 2 | Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%) | -0,25 | 0,63 | 0,00 |
| 3 | Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%) | 0,80 | 2,15 | 0,81 |
| 4 | Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) * | - | - | - |
| 5 | Esperança de Vida ao Nascer (em anos) * | - | - | - |
| 6 | Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo) | 5,41 | 1,32 | 2,25 |
| 7 | Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) | -6,58 | -2,03 | -2,78 |
| 8 | Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais) | -10,53 | -6,20 | -9,09 |
| 9 | Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo | 2,53 | 1,69 | 1,27 |
| 10 | Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo | 5,77 | 2,57 | 2,11 |
| 11 | Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo | 9,89 | 4,04 | 2,61 |
| 12 | Taxa de Participação (%) | -10,36 | -1,26 | 14,76 |
| 13 | Taxa de Ocupação (%) | -1,44 | 2,34 | 5,60 |
| 14 | Taxa de Desemprego (%) | 5,13 | 8,89 | 8,70 |
| 15 | Rendimento Real Médio | 5,06 | 1,29 | -1,78 |
| 16 | Índice de Gini (Desigualdade de Renda) | 1,27 | 2,16 | 0,00 |
| 17 | Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população | 3,42 | 6,08 | 0,70 |
| 18 | Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população | -2,63 | -4,00 | 0,00 |
| 19 | Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população | 4,32 | 6,47 | -0,81 |
| 20 | Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$) | 4,70 | 0,62 | -1,09 |
| 21 | Proporção de pessoas pobres | -1,00 | 6,47 | 7,77 |
| 22 | Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes) | 3,13 | 21,74 | 18,75 |

Fonte: PNAD-IGBE/DATASUS. Elaboração IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

* Indicadores indisponíveis para 2017 no momento da publicação.

Em relação a variação percentual no período de 2006 a 2015, 10 indicadores do Ceará tiveram desempenho melhores que o Brasil, sendo 2 melhor que o Brasil e o Nordeste e 9 pior que o Brasil e o Nordeste, como pode ser verificado no Quadro 3.

QUADRO 3: Resumo dos Indicadores Sociais
Varição percentual de 2015 em relação a 2006

| INDICADORES | | Valores 2015/2005 | | |
|-------------|--|-------------------|--------|--------|
| | | CE | NE | BR |
| 1 | Grau de Urbanização (%) | 0,00 | 4,06 | 2,77 |
| 2 | Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%) | 5,15 | 7,78 | 3,68 |
| 3 | Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%) | 42,39 | 50,31 | 19,19 |
| 4 | Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) | -40,32 | -41,47 | -34,29 |
| 5 | Esperança de Vida ao Nascer (em anos) | 3,23 | 4,30 | 4,14 |
| 6 | Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo) | 18,52 | 24,53 | 17,91 |
| 7 | Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais) | -15,61 | -21,74 | -23,81 |
| 8 | Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (15 anos ou mais) | -17,63 | -22,67 | -23,32 |
| 9 | Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo | 27,49 | 32,99 | 21,98 |
| 10 | Percentual da população adulta (19 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo | 35,27 | 45,14 | 31,71 |
| 11 | Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo | 30,91 | 62,75 | 51,69 |
| 12 | Taxa de Participação (%) | -14,06 | -5,74 | -3,29 |
| 13 | Taxa de Ocupação (%) | 18,13 | 9,78 | 4,96 |
| 14 | Taxa de Desemprego (%) | 3,57 | 6,38 | -2,22 |
| 15 | Rendimento Real Médio | 68,64 | 53,68 | 34,91 |
| 16 | Índice de Gini (Desigualdade de Renda) | -10,24 | -10,49 | -79,50 |
| 17 | Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população | -26,06 | -27,78 | -22,88 |
| 18 | Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população | 16,13 | 18,62 | 17,12 |
| 19 | Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população | -12,90 | -23,87 | -11,81 |
| 20 | Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$) | 33,66 | 33,76 | 25,86 |
| 21 | Proporção de pessoas pobres | -39,70 | -44,02 | -46,24 |
| 22 | Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes) | -42,11 | -42,52 | -41,38 |

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

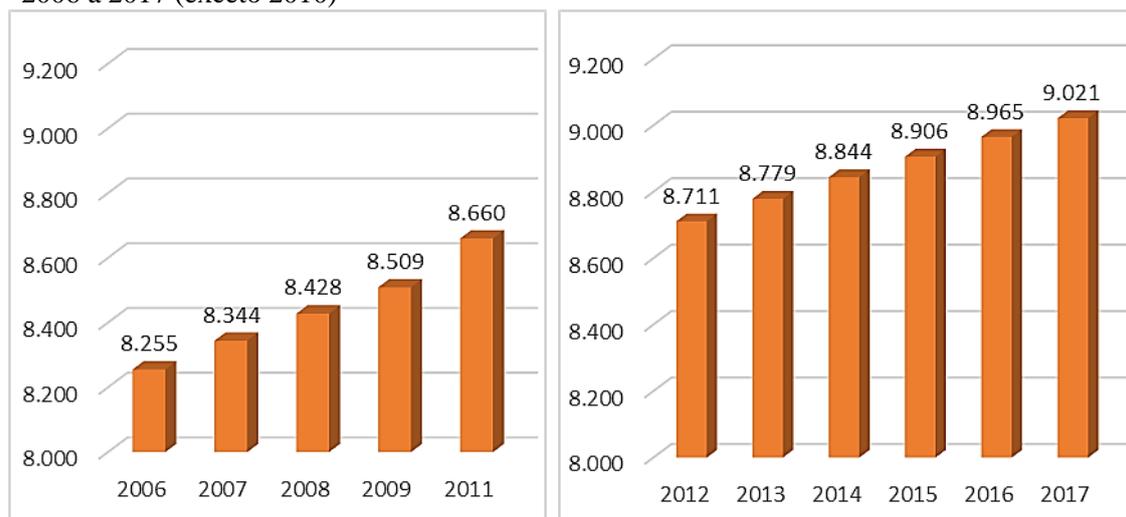
PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

As informações apresentadas nesta seção são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 a 2011 (exceto 2010) e de 2012 a 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sobre a crescimento populacional, taxa de urbanização, razão sexo, razão dependência e distribuição populacional por cor ou raça.

O Gráfico 1.1 apresenta o crescimento populacional da população cearense em números absolutos. Em 2017, segundo informações coletadas na PNADC, a população do estado do Ceará estava estimada em aproximadamente 9 milhões de moradores. O que representa 15,8% dos residentes no Nordeste e 4,4 da população brasileira. Só nos últimos cinco anos analisados, a população cearense teve um crescimento, em números absolutos, de cerca de 310 mil novos moradores.

Gráfico 1.1: – Crescimento populacional absoluto da população residente no Ceará (Mil pessoas) – 2006 a 2017 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/ IBGE (2006-2011, exceto 2010) e PNADC (2012-2017). Elaboração: IPECE.

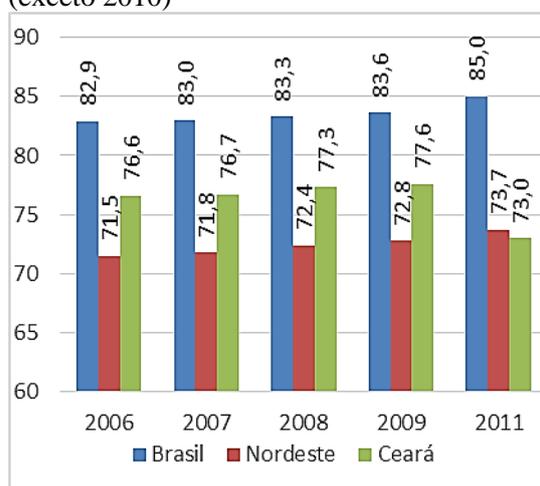
O Gráfico 1.2a e 1.2b exibe os valores da taxa de urbanização para o Brasil, Nordeste e Ceará. Essa taxa é definida como percentual da população residente da área urbana em relação à população total de cada região.

Observa-se um crescimento contínuo da população que residiam nos centros urbanos no Ceará de 2005 a 2008, no entanto, entre 2009 a 2011 a taxa de urbanização no Estado caiu e depois se manteve estável até 2014 sendo possível perceber um pequeno decréscimo do indicador em 2015.

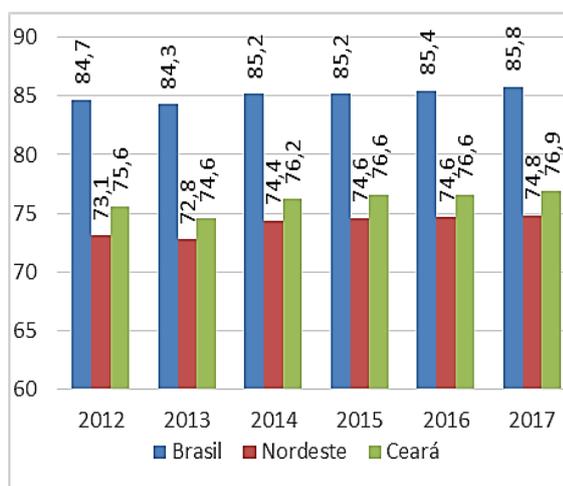
A taxa de urbanização no Brasil, Nordeste e Ceará se comportou da seguinte forma, em 2006: 82,9%, 71,5%, 76,6%, respectivamente, da população brasileira, nordestina e cearense se concentravam em centros urbanos (Gráfico 1.2a).

Enquanto que, em 2017, a proporção de pessoas vivendo nas cidades chegou a 85,8%, 74,8% e 76,9%, no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 1.2b. A partir dos dados apresentados, é possível observar que a taxa de urbanização nas três regiões analisadas tem permanecido constante ou com pequenas variações entre alguns períodos, evidenciando que o ritmo de incremento da população urbana e, conseqüentemente, o esvaziamento da zona rural, tem permanecido estável.

Gráfico 1.2a: Taxa de Urbanização (em %) – **Gráfico 1.2b:** Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2011 Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2017 (exceto 2010)



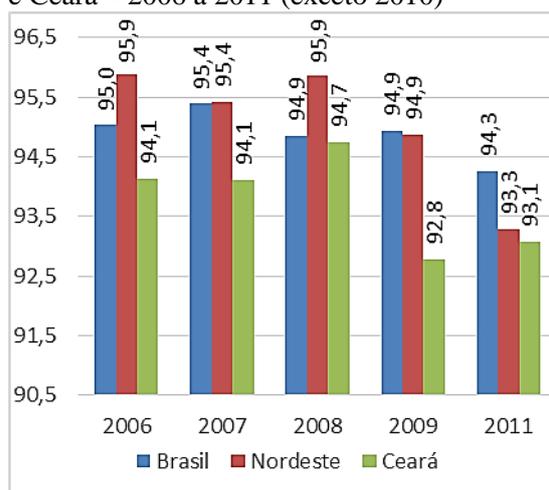
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE. Elaboração: IPECE.

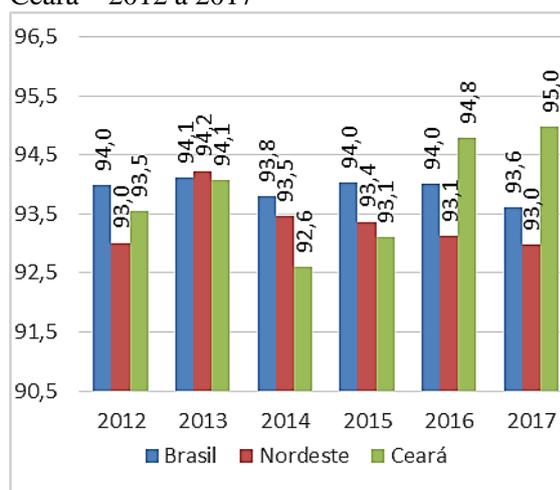
Considerando a distribuição da população por sexo, apresenta-se no Gráfico 1.3a e 1.3b a razão sexo para o Brasil, Nordeste e Ceará. Este indicador representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, de modo que, se essa razão for menor (maior) que 100, isto significa que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina. Assim, percebe-se que a população feminina é predominante no Ceará, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste. Em 2017, no Ceará, a cada 100 mulheres, havia pelos menos 95 homens, apresentando uma razão superior ao Nordeste e o Brasil.

Gráfico 1.3a: Razão Sexo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2011 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.3b: Razão Sexo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2017

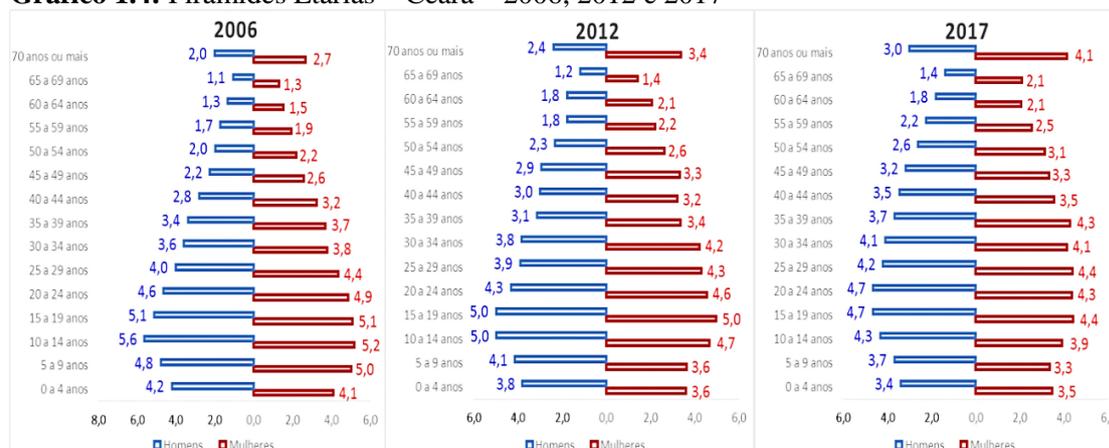


Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE. Elaboração: IPECE.

De acordo com dados apresentados pelo Registro Civil de 2017, nascem mais homens que mulheres no Brasil, a razão sexo no nascimento chega a ser de 105 meninos para cada 100 meninas. Porém, a taxa de mortalidade masculina é superior a feminina, sobretudo na faixa de 15 a 29 anos de idade, decorrente principalmente de fatores externos, como violência e acidentes. Ainda, no que consta nos Registros Cíveis de 2017, a razão de óbitos entre gêneros é de 127 para os homens e na faixa de 15 a 29 anos de idade a mortalidade masculina é 4 vezes superior a feminina¹.

Este fato pode ser melhor analisado nas pirâmides etárias por sexo apresentadas no Gráfico 1.4 para 2006, 2012 e 2017. Por exemplo, em 2017, a população feminina é predominante nas faixas etárias com mais de 25 anos de idade, exceto entre 40 a 44 anos.

Gráfico 1.4: Pirâmides Etárias – Ceará – 2006, 2012 e 2017



Fonte: IBGE / PNAD (2006) e PNADC (2012 e 2017). Elaboração: IPECE.

¹ Mais informações podem ser obtidas em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil.html?=&t=resultados>

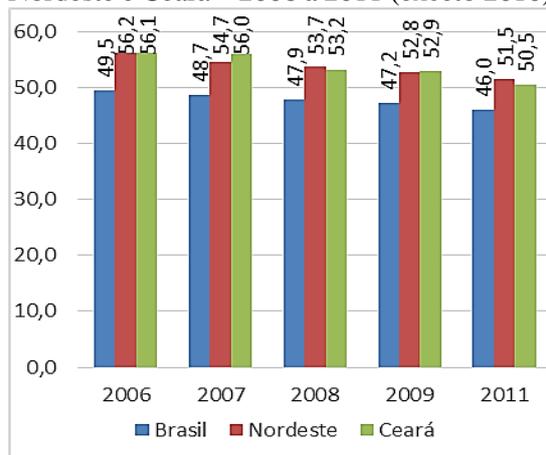
Outra constatação importante a ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas anteriormente, é a tendência de envelhecimento da população cearense. No Caso, percebe-se que em 2006 tínhamos bases mais largas e cumes mais estreitos, o que representa altas taxas de natalidade e uma participação maior da população localizada nas faixas mais jovens. E a parte superior mais estreita, mostrando a baixa participação da população mais idosa na sociedade cearense, indicando baixa expectativa de vida da população.

Enquanto que em 2017, nota-se uma tendência do aumento da população de 20 anos ou mais, com destaque para os grupos de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Essa mudança estrutural da população cearense é reflexo da combinação de dois movimentos sociais importantes: a melhoria da expectativa e a redução da taxa da natalidade da população.

Essa transformação pode ser, pelo menos em parte, devido à mudança nas condições de vida da população, como por exemplo, a melhoria nas condições de trabalho, que implicam na ampliação da expectativa de vida das pessoas. E a redução da taxa de fecundidade da população feminina, dado a participação da mulher no mercado de trabalho e o maior planejamento familiar.

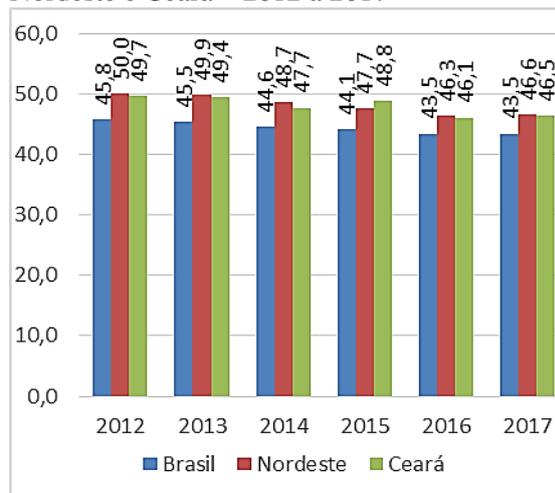
Com o reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Este indicador mede a participação relativa da população inativa, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que existe uma parcela significativa da população que depende da população economicamente ativa, o que implica na necessidade de encargos assistenciais consideráveis, o comportamento deste indicador é apresentado no Gráfico 1.5a e 1.5b.

Gráfico 1.5a: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2011 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

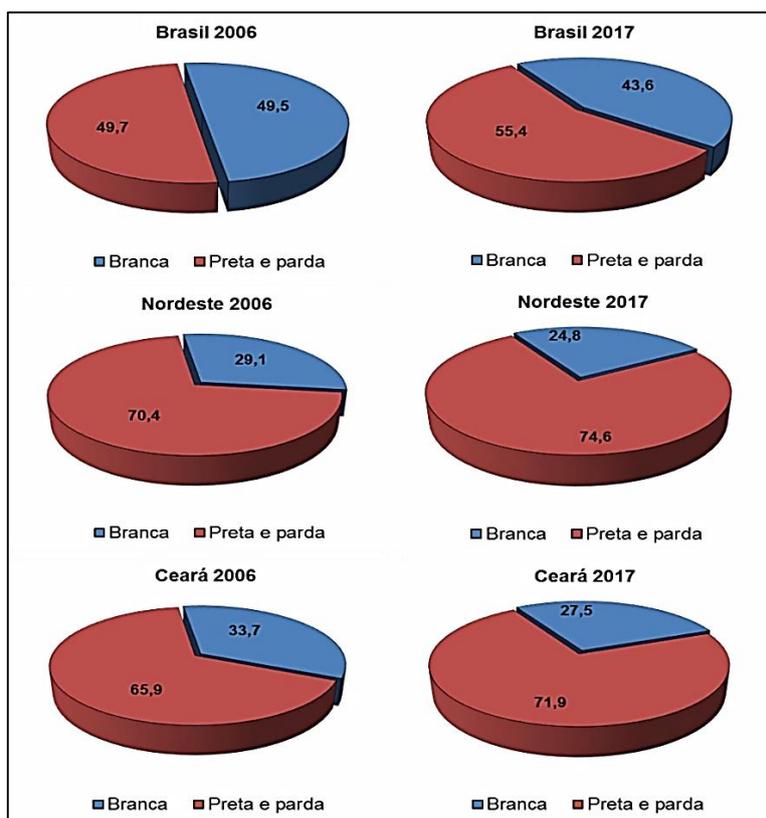
Gráfico 1.5b: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2012 a 2017



Fonte: PNAD-Contínua- 1ª visita/IBGE. Elaboração: IPECE.

A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do capítulo foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros (pretos) e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra, portanto, não são analisados aqui.

Gráfico 1.6: Distribuição da População por Cor ou Raça (em %) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 e 2015.



Fonte: IBGE / PNAD (2006) e PNADC (2017). Elaboração: IPECE.

Como a questão da cor ou raça trata-se de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se um crescimento da proporção de brasileiro, entre 2006 e 2017, que se declararam pretas ou pardas. Em 2017, 55,4% dos brasileiros consideravam-se como negros ou pardos e 43,6% brancos.

No caso do Nordeste e do Ceará observa-se uma predominância em relação a pretos e pardos, apenas 24,6% e 27,5% dos nordestinos e cearenses, respectivamente, se consideravam brancos. Enquanto que aqueles que se declararam pretas ou pardas representam 74,6% e 71,9%, respectivamente (Gráfico 1.6)

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

Esta seção é destinada à caracterização dos domicílios particulares e permanentes, apresentando um panorama geral com uma comparação a nível estadual, regional e nacional, como um todo, para o período de tempo de 2006 a 2017. Apresenta indicadores referentes ao acesso da população residindo nestes domicílios com acesso a serviços de saneamento básico e à posse de alguns bens duráveis, tais como: abastecimento de água, rede coletora de esgoto, coleta adequada de lixo e posse de carro ou moto como meios particulares de locomoção. Tais indicadores mostram-se necessários de serem levantados no sentido de representar a qualidade de moradia e, indiretamente, a qualidade de vida dos indivíduos, bem como proteção ao meio ambiente e até mesmo possíveis focos de risco à saúde.

2.1. Abastecimento de água

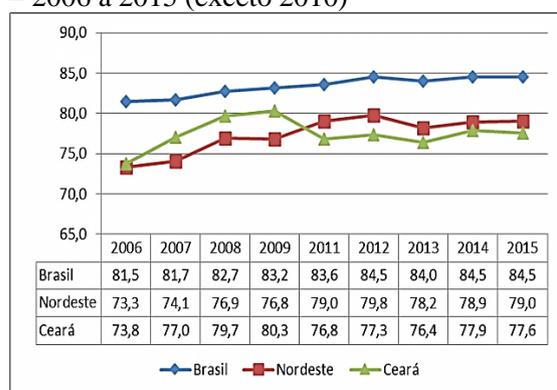
Esta primeira análise refere-se ao indicador de domicílios com abastecimento de água por uma rede geral de distribuição. Em termos mais específicos, identifica se o domicílio recebe água canalizada até a parte interna deste ou, no mínimo, até a parte externa. Através de tal indicador, é possível mensurar a proporção da população residente em domicílios com acesso à água considerada de qualidade para o uso diário. A falta de abastecimento de água pode trazer grandes impactos sobre a saúde, aumentando a vulnerabilidade às doenças de veiculação hídrica. De maneira mais agravante, este serviço básico tem implicação direta na taxa de mortalidade infantil, dado que doenças transmissíveis, decorrentes de água impróprias para o consumo, são uma das principais causas de morte de crianças até 5 anos de idade. Considera-se um indicador de extrema importância para auxiliar estudos na área de saúde pública, uma vez que pode representar um foco de fatores de risco epidemiológico.

De acordo com Gráfico 2.1a, o nordeste e o Ceará apresentam uma certa oscilação do indicador quando observado o período de 2006 a 2015. Em 2006, o Ceará apresentava uma taxa de cobertura um pouco maior que a do nordeste (em 0,5 p.p), chegando a um nível máximo de 81,9% da população residente em domicílios cobertos pelo serviço em 2009. Enquanto o Brasil apresentou uma trajetória minimamente crescente, e relativamente estável, apresentando, em 2015, uma cobertura de 84,5% da população, o

Ceará apresentou um retrocesso desta cobertura quando comparados os anos 2009 e 2015, terminando com 77,6% da população com abastecimento de água.

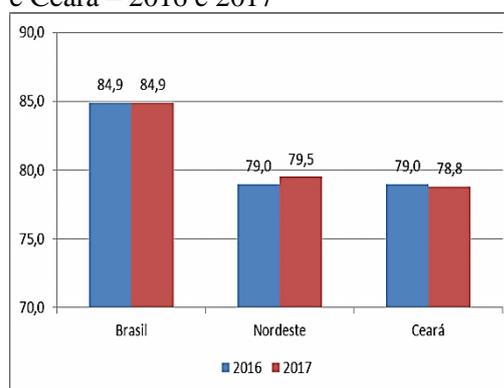
Quanto ao período mais recente de 2016 e 2017 (Gráfico 2.1b), observa-se que o Ceará regrediu também, ainda que minimamente (0,2 p.p), chegando em 2017, a obter a menor cobertura de abastecimento de água (78,8%) quando comparado com o nível regional (79,5%) e nacional (84,9%). Isto é, ainda em 2017, mais de 20% da população ainda carecia de água própria para o consumo em seus domicílios.

Gráfico 2.1a: Proporção da população em domicílios com abastecimento de água por rede geral de distribuição – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.1b: Proporção da população em domicílios com abastecimento de água por rede geral de distribuição – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

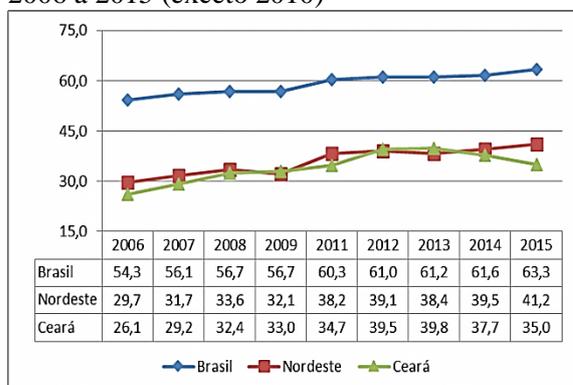
2.2 Serviço de esgotamento sanitário

Nesta subseção realiza-se a análise de três indicadores referentes à cobertura da população quanto ao serviço de esgotamento sanitário e à qualidade da cobertura deste mesmo. Para tanto, esta subseção contém os principais indicadores responsáveis por mensurar tal serviço: A proporção da população residente em domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede coletora de esgoto ou pluvial, a proporção da população residente em domicílios com esgotamento sanitário adequado e a proporção de domicílios especificamente urbanos com acesso a tal serviço. Neste quesito, de acordo com o IBGE, um domicílio urbano é considerado com esgotamento sanitário adequado quando possui suas águas servidas e dejetos canalizados até um desaguadouro geral (rede coletora), rede pluvial ou fossa ligada à rede. Já para o domicílio rural, este deve ser ligado à rede geral, rede pluvial, fossa ligada à rede ou uma fossa séptica sem estar ligada à rede geral.

Como demonstrado pelo Gráfico 2.2a, os dados da PNAD expressam uma proporção da população residente em domicílios cearenses com acesso ao serviço de esgotamento por rede coletora ou pluvial extremamente baixa. Em 2006, a porcentagem de domicílios cobertos pelo serviço era de apenas 26,1%, ficando 3,6 p.p e mais de 28 p.p abaixo do nível nordestino e brasileiro, respectivamente. Até 2013, a proporção do Ceará (39,8%) segue uma tendência crescente aproximando-se, assim, da proporção do nordeste. No entanto, após este período, a proporção decresceu até alcançar o patamar de 35% em 2015. Assim, ao comparar a cobertura deste serviço entre 2006 e 2015, percebe-se um crescimento de 34% deste mesmo indicador.

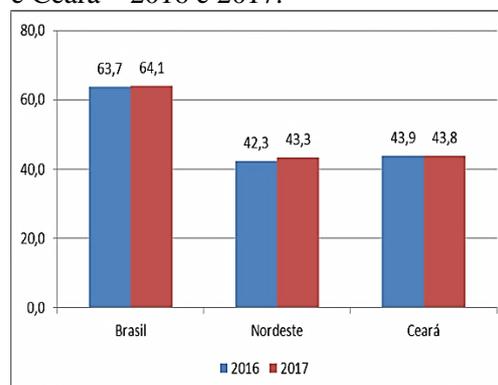
Para o período de 2016 a 2017, observa-se que o Ceará também apresentou uma queda, ainda que pequena, chegando, em 2017, com menos de 50% da população residente em domicílios com esgotamento sanitário (43,8%, especificamente). Estando, assim, bem próximo ao patamar do nordeste (43,3%), mas ainda muito distante da cobertura nacional de tal serviço (64,1%).

Gráfico 2.2a: Proporção da população em domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.2b: Proporção da população em domicílios com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Considera-se importante destacar a proporção de domicílios urbanos com acesso ao serviço de esgotamento sanitário, pois é sabido que os domicílios dentro do perímetro urbano deveriam ter uma maior facilidade em ter acesso aos serviços públicos, principalmente àqueles de saneamento básico.

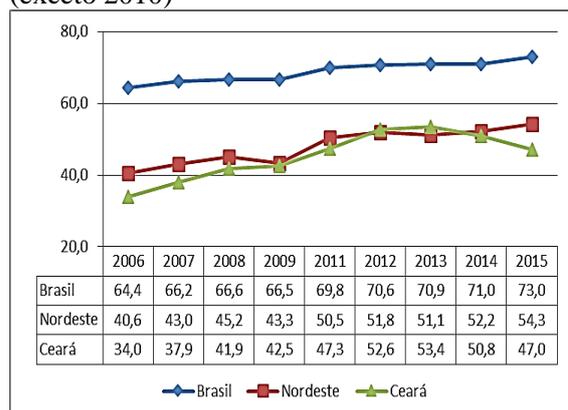
De acordo com o ilustrado pelo Gráfico 2.3a, a proporção da população cearense residente em domicílios com esgotamento sanitário também teve um incremento entre 2006 e 2015, passando de 34% da população, em 2006, para 47% desta mesma em 2015,

resultando assim em uma taxa de crescimento de 38,23%. A partir de 2013 este mesmo indicador para domicílios urbanos (53,4%) também sofre um decréscimo até 2015.

Especificamente em 2015, o Ceará ainda não havia sido capaz de abranger 50% da população com o serviço. Enquanto a cobertura nacional foi capaz de atingir 73% e a do nordeste estabeleceu-se em 54,3%.

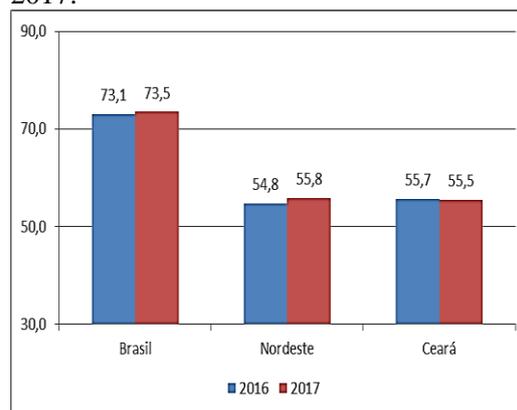
De acordo com o Gráfico 2,3b, para o ano de 2016, 55,7% da população em domicílios urbanos tinha acesso a esgotamento sanitário. E, em 2017, este indicador aumentou somente em 0,2 p.p chegando a 55,2%. Isto é, mesmo em 2017, um pouco mais de 50% da população residente em zona urbana tinha acesso a um serviço que é considerado como necessidade básica.

Gráfico 2.3a: Proporção da população residindo em domicílios urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.3b: Proporção da população residindo em domicílios urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

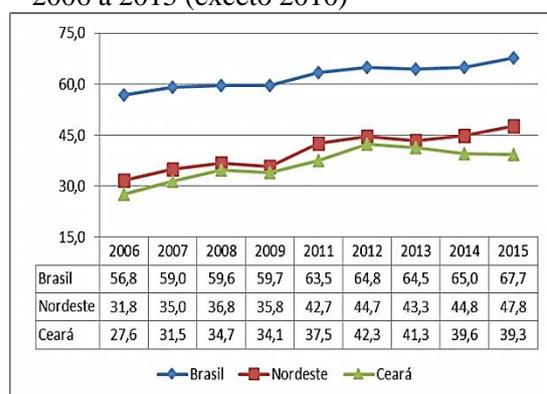
Tendo em vista a baixa cobertura da população residente em domicílios do Ceará com acesso ao serviço de esgotamento sanitário, resta analisar e quantificar a proporção da população residente em domicílios urbanos, bem como todo o estado, que de fato recebem esgotamento sanitário considerado adequado.

O Gráfico 2.4a expressa esta proporção para o período de 2006 a 2015. Observa-se que o Ceará detém uma proporção ainda menor quando analisado especificamente o serviço de esgotamento sanitário considerado como adequado. Passando de 27,6%, em 2006, para 39,3%, em 2015, a cobertura do estado apresentou uma taxa de crescimento de 42,39% neste mesmo período. Mesmo com este crescimento, este indicador ainda é muito preocupante, uma vez que a cobertura não alcança 40% da população residente em

domicílios no Ceará. Ao compará-la com o nordeste e Brasil, observa-se ainda uma diferença de 8,5 p.p e 28,4 p.p, respectivamente, em 2015.

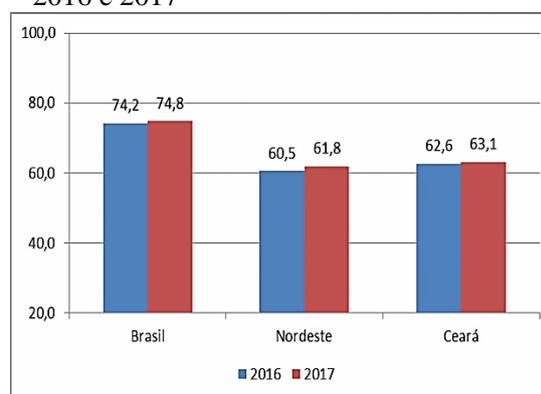
Enquanto isso, em 2016, este indicador representou 62,6% da população com um crescimento pequeno para 2017, culminando em uma proporção de 63,1%. Tal cenário aponta para a urgência de medidas e providências a serem tomadas por parte do Estado para a ampliação da cobertura deste serviço a fim de melhorar a qualidade de vida da população cearense.

Gráfico 2.4a: Proporção da população residindo em domicílios com esgotamento sanitário adequado— Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.4b: Proporção da população residindo em domicílios com esgotamento sanitário adequado— Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

2.3 Serviço de coleta de lixo.

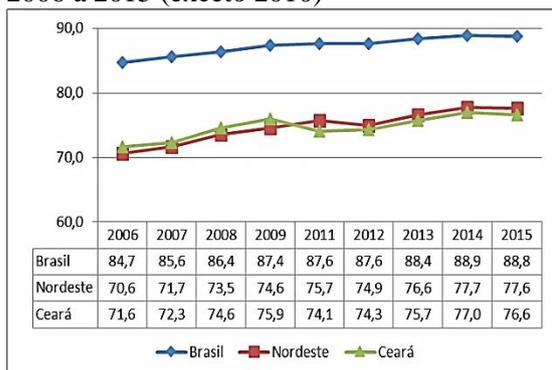
O serviço de coleta de lixo é um indicador importante a ser analisado, pois destaca importantes condições de moradia relacionadas a questões de risco ambientais devido à poluição e contaminação, também como fatores de risco à saúde.

De acordo com o IBGE, um domicílio urbano é considerado com coleta de lixo adequada caso o lixo domiciliar seja coletado por uma empresa, pública ou privada, no domicílio ou indiretamente. Neste último caso, o lixo é depositado inicialmente em uma caçamba e em seguida recolhido por uma empresa especializada em tal serviço.

Em uma breve análise do Gráfico 2.5a, percebe-se que a proporção da população residente em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo no Ceará, apresentou uma tendência mínima crescente ao comparar o período entre 2006 e 2015 (crescimento este de 7%). Mais ainda, apesar de encontrar-se bem próximo à proporção do nordeste em 2015 (76,6% para o Ceará e 77,6% para o nordeste), ainda apresenta uma distância considerável da cobertura nacional (88,8%) para o mesmo ano, estabelecendo assim, uma diferença de 12,2 pontos percentuais.

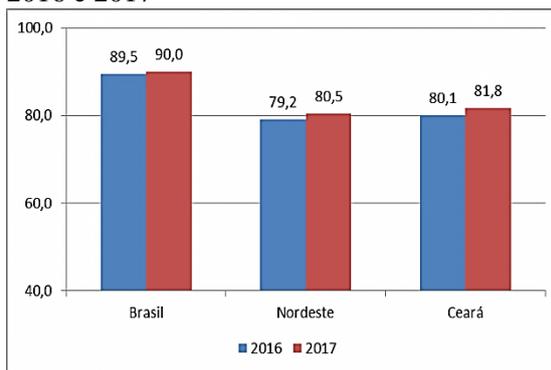
Enquanto isso, o Gráfico 2.5b ilustra a evolução para este indicador em um período mais recente. Neste período, de 2016 a 2017, o Ceará ultrapassou a cobertura regional (81,8%) em 2017, passando de 80,1%, em 2016, para 81,8% em 2017, isto é, uma evolução de pouco mais de 2% sendo capaz de aproximar-se mais do patamar nacional (estabelecido em 90% para o mesmo ano).

Gráfico 2.5a: Proporção da população residindo em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.5b: Proporção da população residindo em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017

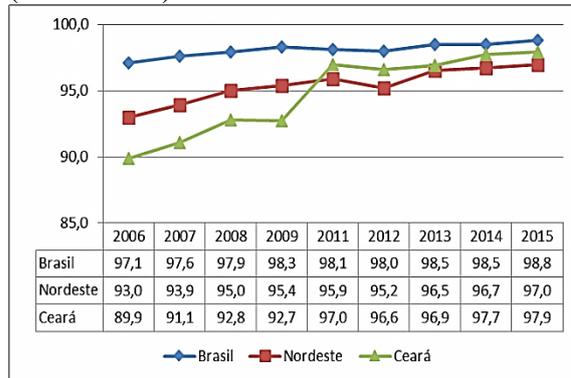


Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Ao fazer esta mesma análise para a população em domicílios dentro do perímetro urbano (Gráfico 2.6a), observa-se uma cobertura mais abrangente, uma vez que a zona urbana possui maior facilidade em ter acesso ao serviço de coleta de lixo. Em 2006 a cobertura no Ceará era próxima aos 90%, já em 2011 esta mesma teve um salto aumentando sua cobertura para 97%, chegando a ultrapassar o nordeste (95,9%). Com isto, chegando em 2015 com uma proporção de 97,9% da população com acesso à coleta de lixo, mostra-se que o Ceará teve um crescimento de 8,9% na cobertura de tal serviço quando analisado para o período de 2006 a 2015.

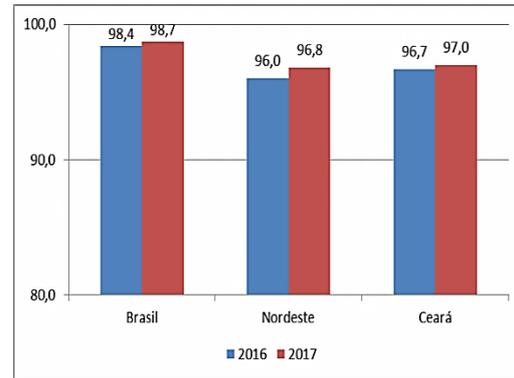
Da mesma maneira, para o período de 2016 a 2017 (Gráfico 2.6b), o Ceará não apresentou uma evolução muito significativa, passando de 96,7%, em 2016, para apenas 97% já em 2017, demonstrando assim, a necessidade concentrar maiores esforços para atingir a cobertura total deste serviço ao menos no perímetro urbano.

Gráfico 2.6a: Proporção da população residindo em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.6b: Proporção da população residindo em domicílios com coleta direta ou indireta de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

2.5 Posse de bens duráveis

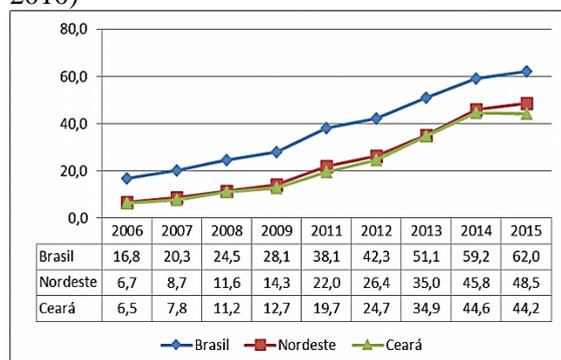
Nesta seção destaca-se a análise dos indicadores que dizem respeito à posse de bens duráveis. Especificamente, são abordados indicadores referentes à posse de automóvel e motocicleta para uso particular e à cobertura de acesso à internet no domicílio. A importância da análise de tais indicadores consiste na classificação de domicílios com relação a fatores como a inclusão social, bem como a qualidade de vida do indivíduo que, através da posse de determinados bens, como exemplo, um meio de locomoção particular (carro ou moto), passam a ter uma disponibilidade maior de tempo para dedicar-se a outras atividades de seu interesse.

O primeiro indicador consiste na proporção da população em domicílios com acesso domiciliar à internet. De acordo com o Gráfico 2.7a, este indicador apresenta uma tendência crescente tanto para o Brasil, quanto para o Nordeste e o Ceará no período de 2006 a 2015. Mesmo com esta tendência crescente, o Ceará ainda encontra-se um pouco abaixo do patamar do nordeste (uma diferença de 4,3 p.p, em 2015) e bem abaixo quando comparado com o Brasil (diferença de 17,8 p.p). Deste modo, o Ceará possuía uma proporção de 6,5% da população em domicílios com acesso à internet, em 2006, e, em 2015, esta proporção sofreu um aumento de 580%, chegando a 44,2% da população.

Deve-se destacar de que, com a internet sendo uma ferramenta cada vez mais necessária para melhorar a qualidade de vida, não só do indivíduo, como de uma população como um todo, uma vez que esta é utilizada não apenas para lazer, como também para trabalho, a proporção de domicílios com acesso a esta mesma em 2016 e 2017 ainda é relativamente baixa (Gráfico 2.7b). Não obstante, este indicador ainda

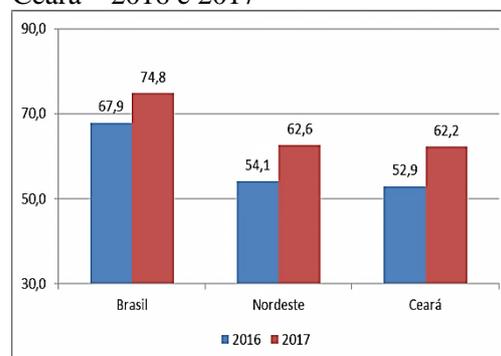
apresenta uma tendência de crescimento relativamente grande passando de 52,9%, em 2016, para 62,2% em 2017 (um crescimento de 15% em um ano).

Gráfico 2.7a: Proporção da população em domicílios com acesso domiciliar à internet– Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

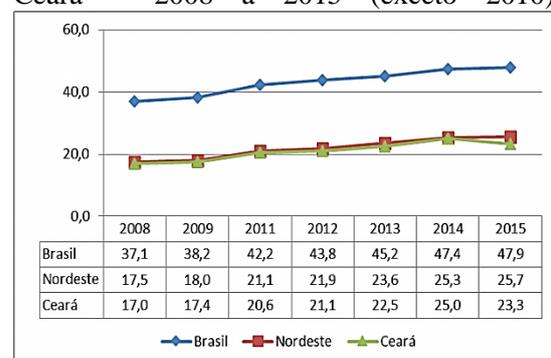
Gráfico 2.7b: Proporção da população residindo em domicílios com acesso domiciliar à internet– Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

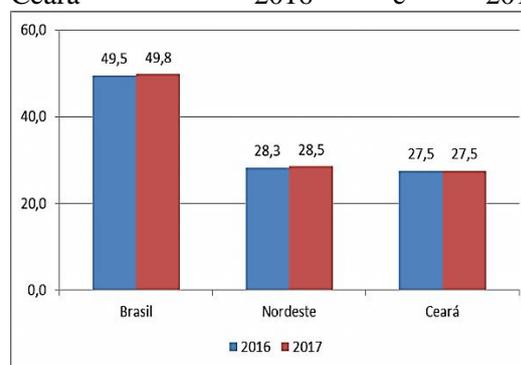
Quanto à posse de automóvel para uso particular ilustrada pelo Gráfico 2.8a, é possível destacar que, este indicador apresentou uma tendência de crescimento mais discreto quando observado o período de 2006 a 2015. Assim, o Ceará apresentou um crescimento de 27%, passando de 17% da população em 2006, para 23,3%, em 2015.

Gráfico 2.8a: Proporção da população residindo em domicílios com automóvel (carro) de uso particular– Brasil, Nordeste e Ceará – 2008 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.8b: Proporção da população residindo em domicílios com automóvel (carro) de uso particular – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



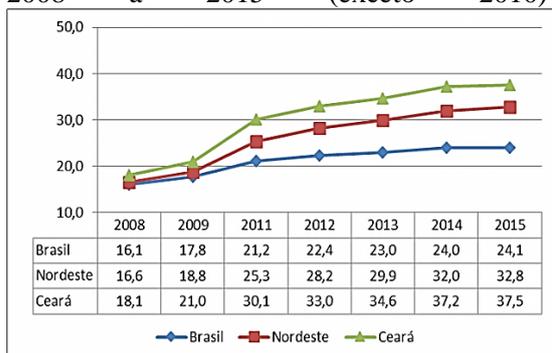
Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

A pequena proporção da população cearense com posse de um automóvel para uso particular pode ser explicada em parte pela tendência de crescimento mais acentuada quando analisada este mesmo indicador para a posse de motocicletas. De acordo com o Gráfico 2.9a, o Ceará apresenta a maior proporção da população residindo em domicílios com motocicleta para uso particular (37,5%) quando comparado ao nordeste (32,8%) e

ao Brasil (24,1%), em 2015. Desta maneira, quando comparado 2008 a 2015, observa-se um crescimento de mais de 51% da proporção da população cearense.

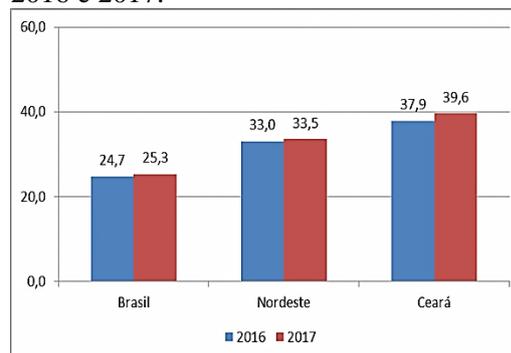
Finalmente, este indicador também apresentou um aumento de 2016 a 2017. Passando de 37,9 em 2016, para 39,6, em 2017, o Ceará distancia-se ainda mais do nordeste (33,5%) em 2017, apresentando uma diferença de 6,1 p.p, bem como do Brasil (25,3%) também com 14,3 p.p de diferença.

Gráfico 2.9a: Proporção da população residindo em domicílios com motocicleta de uso particular – Brasil, Nordeste e Ceará – 2008 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 2.9b: Proporção da população residindo em domicílios com motocicleta de uso particular – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017.



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: IPECE.

3. SAÚDE

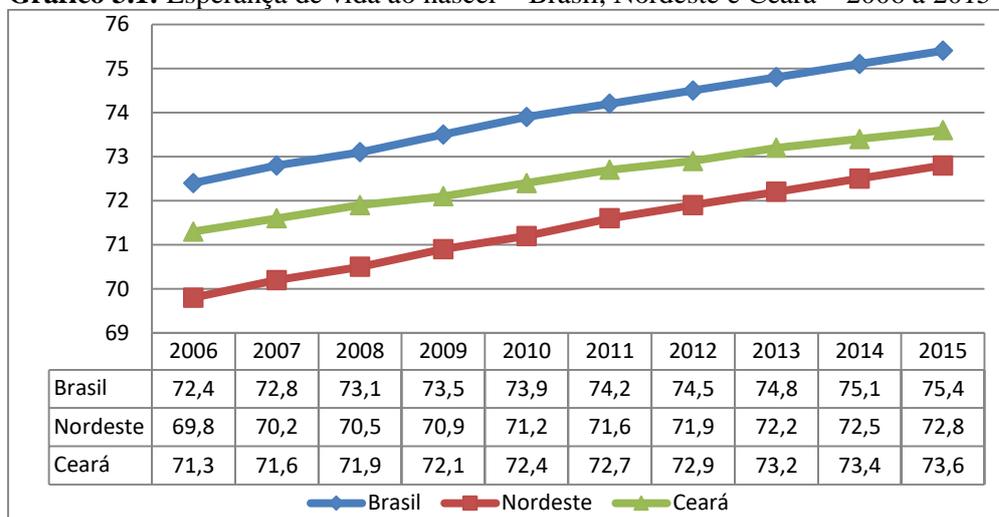
Nesta seção da Síntese de Indicadores Sociais são apresentados diversos indicadores de saúde da população cearense seguindo o padrão de comparação com os indicadores para a região Nordeste e Brasil. Inicialmente, a subseção relativa à saúde geral da população traz o comportamento da esperança de vida e da taxa de mortalidade infantil no tempo. Em seguida, a saúde da criança ao nascer é destacada por estar diretamente relacionada às chances de um recém-nascido sobreviver até o primeiro ano de vida. Por fim, a seção de saúde apresenta indicadores relacionados às principais causas de morte na população cearense, isto é, mortes por doenças crônicas não transmissíveis (exemplo, doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias, etc.) e mortes causas externas (mortes por agressão, suicídio e mortes no trânsito).

3.1 Saúde Geral

A esperança de vida e a taxa de mortalidade infantil não somente expressam a saúde geral da população, como também revelam o comportamento do padrão demográfico da população. A esperança de vida informa a média de anos esperados de vida para um recém-nascido, mantendo-se constante o atual padrão de mortalidade da população residente. Em outras palavras, o indicador expressa a melhoria das condições de vida e de saúde da população.

O Gráfico 3.1 mostra a evolução deste indicador no tempo para Ceará, Nordeste e Brasil, entre os anos de 2006 e 2015. A esperança de vida no Ceará em 2006 era de 71,3 anos, passando a 73,6 em 2015. O Ceará manteve-se acima da média observada para o Nordeste, mas ainda abaixo da esperança de vida mensurada para o Brasil, a qual atingiu 75,4 anos em 2015.

Gráfico 3.1: Esperança de vida ao nascer – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015

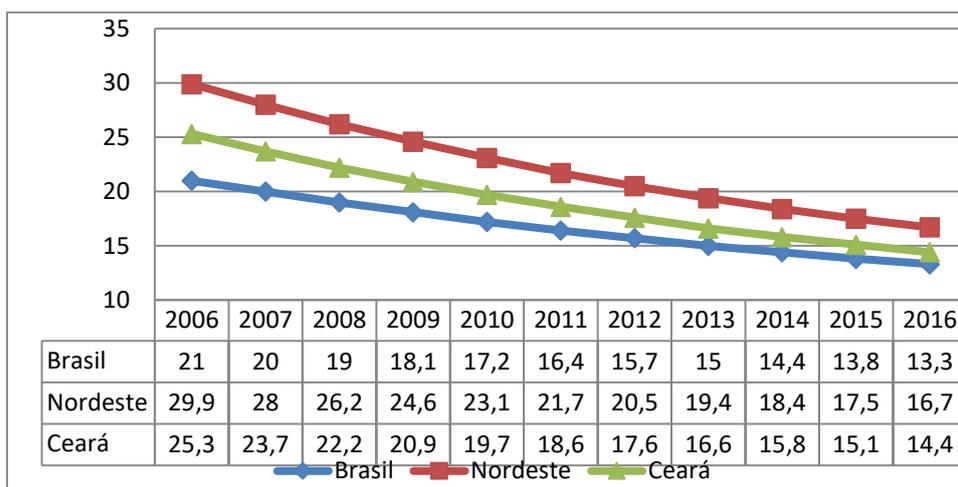


Fonte: IBGE / SIS. Elaboração: IPECE.

Percebe-se ainda que, nesse período, a esperança de vida cresceu 3,2% no Ceará, enquanto o Nordeste e o Brasil cresceram respectivamente 4,3% e 4,1%. Ou seja, outros estados da região Nordeste melhoraram suas condições de vida mais rápido do que o Ceará entre 2005 e 2015.

Este resultado pode ser explicado, em parte, pelo comportamento da taxa de mortalidade infantil, pois os óbitos infantis possuem impacto direto na mensuração da esperança de vida de uma população. O Ceará apresentou reduções consistentes neste indicador, saindo de 25,3, em 2006, para 14,4 óbitos crianças menores de um ano de vida para cada 1.000 nascidas vivas, em 2016. Este é um resultado que mostra a melhora contínua na saúde no primeiro ano de vida.

Gráfico 3.2: Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2016



Fonte: IBGE / SIS. Elaboração: IPECE.

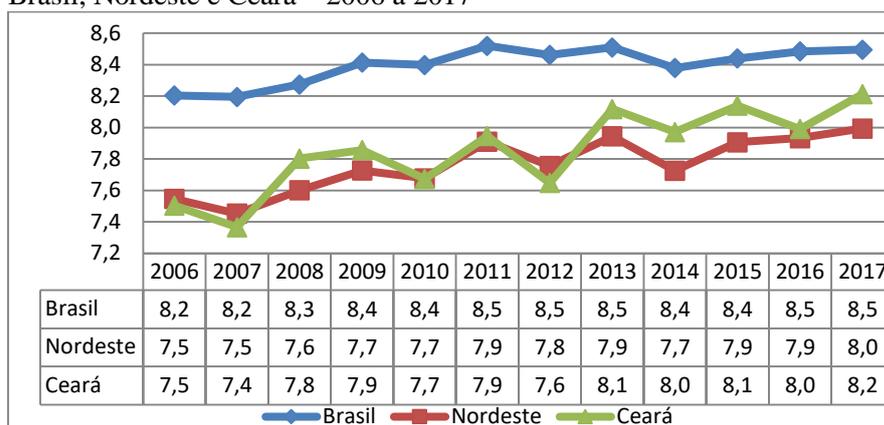
Apesar de o Estado ter apresentado valores inferiores à taxa de mortalidade infantil verificada para a região Nordeste, não foi possível alcançar a média nacional que chegou a aproximadamente 13,3 óbitos de crianças menores de um ano de vida em 2016. Por outro lado, o ritmo de queda foi mais forte no Ceará e Nordeste (-43% e -44%) do que o observado para o país como um todo (-37%).

3.2 Saúde ao Nascer

As informações para a construção dos indicadores de saúde ao nascer são provenientes do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde e disponibilizados pelo DATASUS. Inicialmente, analisa-se a proporção de recém-nascidos cujo peso ao nascer ficou abaixo de 2.500 gramas. Esse é um importante indicador de saúde das crianças no início da vida além de ser um importante preditor para o desenvolvimento infantil. Ademais, essa variável captura as adversidades enfrentadas pela criança durante a gestação como o estresse materno e a privação nutricional.

O Gráfico 3.3 mostra a variação da proporção de recém-nascidos com peso ao nascer menor do que 2.500 gramas. As evidências apontam para uma trajetória de crescimento da proporção de crianças com baixo peso ao nascer para o Ceará e região Nordeste. Embora tenha havido flutuações nos valores, esta proporção saltou de 7,5% para 8,2% entre 2006 e 2016, no Ceará. Ou seja, um crescimento de 9,3%. Esse crescimento fez com que o Ceará superasse a proporção observada de recém-nascidos com baixo peso no Nordeste (8%) em 2016, e se aproximasse do valor calculado para o Brasil (8,5%). Vale salientar que essa proporção se manteve estável para o país como um todo entre 2009 e 2016.

Gráfico 3.3: Proporção de nascidos vivos cujo peso ao nascer é menor do que 2.500 gramas – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

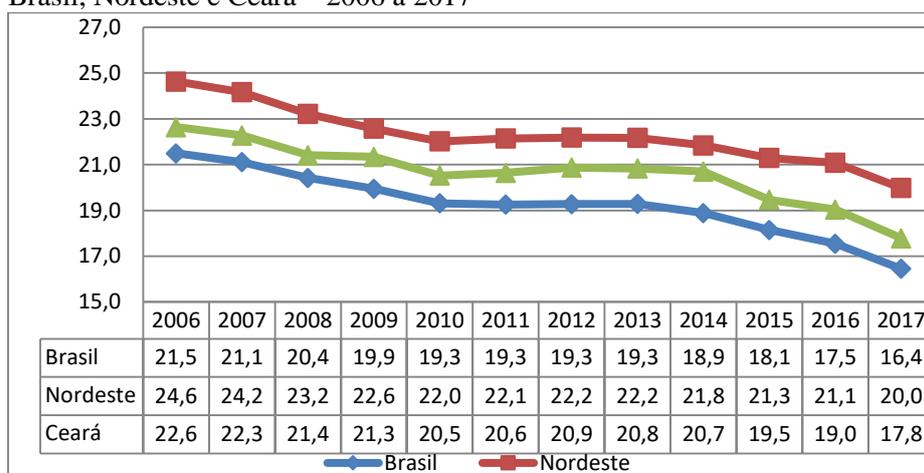
Embora a saúde infantil de 0 a 1 ano de vida tenha melhorado entre 2006 e 2016 (ver Gráfico 3.2), a saúde ao nascer apresentou uma tendência de deterioração no mesmo período. As políticas públicas devem focar a fase gestacional no intuito de promover a saúde materna e da criança ainda no útero. Vale salientar que uma significativa parcela da variação da taxa de mortalidade infantil está associada à mortalidade neonatal que, em última instância, possuem fatores de riscos associados ao período gestacional.

O SINASC apresenta também informações relevantes sobre as características das mães. Dentre elas a idade é uma importante variável que permite saber o comportamento das gestações precoces e tardias. Neste caso, os Gráficos 3.4 e 3.5 apresentam a trajetória da proporção de nascimentos de mãe cujas faixas etárias encontram-se entre 19 anos ou menos, e 35 anos ou mais.

Particularmente, a gravidez na adolescência provoca grandes transformações socioeconômicas na vida das mulheres ainda na juventude, além dos riscos à saúde materna e ao recém-nascido. Mães adolescentes são mais prováveis de viverem na condição de pobreza e em áreas rurais, além de possuírem menos educação, segundo a Organização Mundial de Saúde. Ademais, há riscos elevados de complicações durante a gravidez e o parto que podem resultar em morte materna, aborto ou óbito do recém-nascido nas primeiras semanas de vida.

O Gráfico 3.4 mostra redução da proporção de recém-nascidos cujas mães possuem idade menor do que 19 anos no Ceará. Essa redução segue uma tendência também observada para a região Nordeste e Brasil. Em 2006, a proporção de crianças nascidas de mães adolescentes era de 22,6% no Ceará, caindo para 17,8% em 2017. Além disto, o Ceará possui proporções menores do que as evidenciadas para a região Nordeste, mas ainda superiores aos valores observados para o Brasil.

Gráfico 3.4: Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham idade menor ou igual a 19 anos – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017

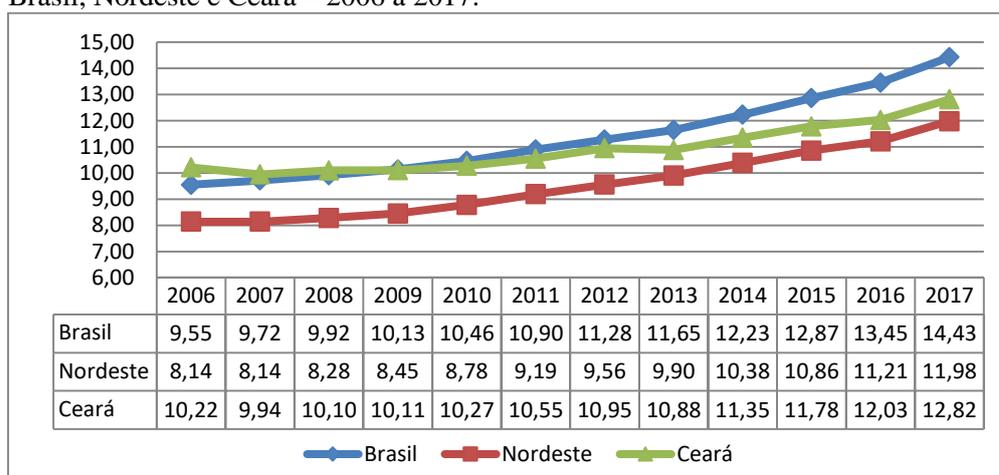


Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Se por um lado a proporção de recém-nascidos de mães adolescentes tem diminuído ao longo dos últimos dez anos, a proporção de recém-nascidos de mães adultas com idade de 35 ou mais anos de idade tem aumentado regularmente nesse período, como mostra o Gráfico 3.5. Em 2006, a proporção de recém-nascidos de mães nesta faixa etária era de 10,2%, estando acima dos valores observado para o Nordeste (8,14%) e para o Brasil (9,5%). Em 2017, essa proporção cresceu 25,4%, chegando a 12,8%. Já o crescimento observado na região Nordeste (42,6%) e em todo o país (51,1%) foi mais elevado no mesmo período.

Essa evidência sugere que o adiamento da gravidez é um fenômeno que está ocorrendo em todo o país, mas com menos força no Ceará. Este fenômeno demográfico pode ser explicado entre outros fatores pela busca por mais qualificação (estendendo o número de anos de estudo) e pela participação no mercado de trabalho por parte das mulheres. Todavia, é importante ressaltar que a gravidez em idade avançada também pode trazer riscos à saúde da mulher e da criança. Desta forma, as políticas públicas em saúde também devem atentar para esse grupo de mulheres cada vez maior na população.

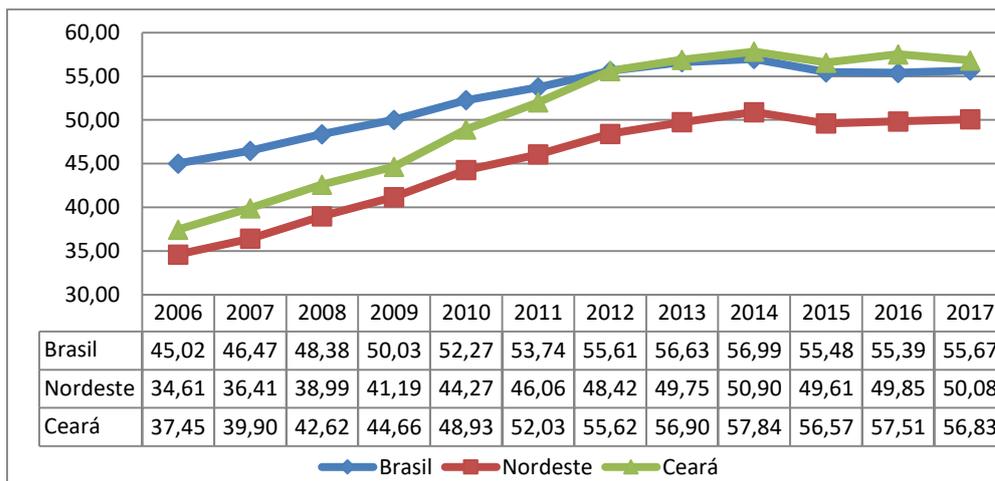
Gráfico 3.5: Proporção de nascidos vivos cujas mães tinham idade maior ou igual a 35 anos – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Outra evidência importante diz respeito à proporção de nascimentos por meio de cesarianas. O estado do Ceará que possuía 37,5% dos nascimentos realizados por este método e experimentou um crescimento de 52% entre 2006 e 2017, alcançando impressionantes 56,8% dos nascimentos via cesarianas. Em 2014, essa proporção chegou a ser ainda maior, 57,8%, ultrapassando os valores observados para o país e região Nordeste. Entre 2014 e 2017, este indicador se manteve estável no Ceará.

Gráfico 3.6: Proporção de nascidos vivos cujo parto foi realizado por meio de cirurgia cesariana – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Há diversos fatores que podem ter contribuído para esse crescimento desproporcional das cesarianas no Ceará e em todo o país, dentre eles, a falta de informação com respeito ao parto normal e medo das gestantes com respeito às possíveis dores do parto. É importante também ressaltar que a saúde obstétrica no Brasil está estruturada para a cesariana, ou seja, para o modelo biomédico. Embora a cirurgia cesariana possa salvar a vida da criança em situações de complicações no parto, esse método pode trazer riscos à saúde da mãe e da criança quando usados de maneira desnecessária, além de aumentar a quantidade e o tempo de internação hospitalar.

Em 2012, o Governo do Estado do Ceará juntamente com os municípios aderiram ao programa Rede Cegonha² do Governo Federal, o qual se propõe a estruturar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Esta estratégia tem a finalidade de estruturar e organizar a atenção à saúde materno-infantil no País, sendo implantada gradativamente em todo o território nacional a partir de critérios epidemiológico, taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional. Essa política pode ter contribuído para frear o crescimento do parto cesárea no Ceará e nos demais estados brasileiros.

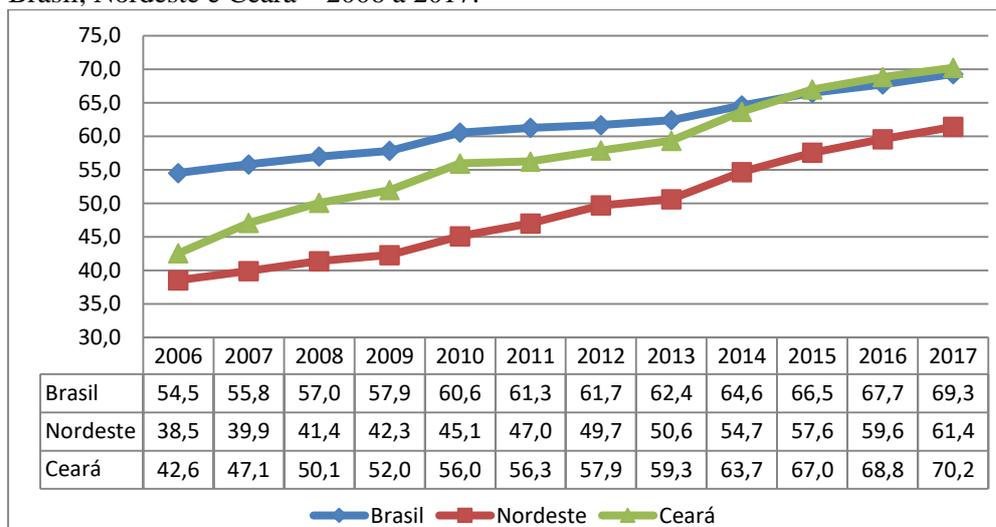
Ademais, em 2015, a Agência Nacional de Saúde Suplementar tornou mais rígida as regras para a realização de cirurgia cesariana no Brasil. As novas regras exigem, por exemplo, um rígido protocolo para justificar a realização da cirurgia cesariana. Caso contrário, o médico responsável não será remunerado pelo serviço prestado,

² http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php

especialmente aqueles ligados aos planos de saúde. Desta forma, espera-se reduzir as cesarianas com datas marcadas, as quais podem estar diretamente relacionadas ao aumento da incidência de partos prematuros no Brasil.

Vale salientar também o aumento da proporção de nascidos vivos, cujas mães realizaram pelo menos 7 visitas pré-natais ao longo da gestação (ver Gráfico 3.7). Segundo a Organização Mundial de Saúde, são necessárias ao menos oito visitas para que seja possível reduzir os riscos de morte perinatal e elevar a experiência materna quanto aos cuidados durante a gestação.³

Gráfico 3.7: Proporção de nascidos vivos cujas mães realizaram 7 ou mais visitas pré-natais – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: SINASC/DATASUS. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.7 mostra que 37,5% dos nascidos vivos em 2005 haviam passado por pelo menos 7 visitas pré-natais ao longo da gestação. Esse número cresceu aproximadamente 79% em 10 anos, chegando a 67% em 2015. Neste último ano da série, o Ceará se distanciou da região Nordeste e ultrapassou o valor observado para o Brasil (66,5%). Esse é um importante indicador de desempenho para a saúde infantil no Ceará, o qual mostra o aumento do cuidado materno durante a fase gestacional.

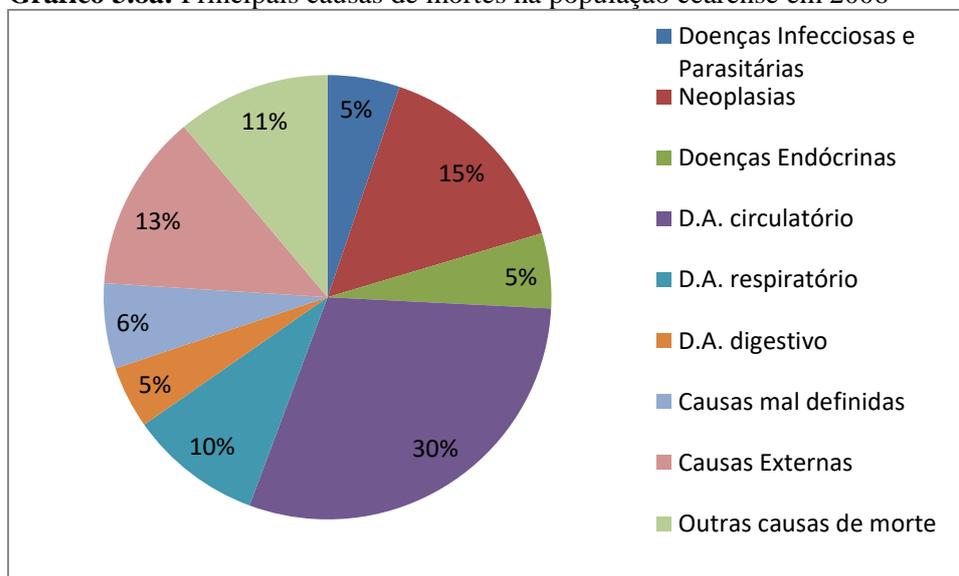
³ <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2016/antenatal-care-guidelines/en/>

3.3 Causas de Morte

Nesta subseção dos indicadores sociais, exploram-se os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O foco da análise recai sobre as principais causas de mortes na população cearense de acordo com a classificação da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10).

O Gráfico 3.8a mostra a participação das principais causas de morte na população cearense em 2006. No respectivo ano, 30% dos óbitos foram causados por doenças do aparelho circulatório, a qual se configura como a principal causa de morte por Doença Crônica Não Transmissível (DCNT). Em seguida, 15% dos óbitos estavam associados às neoplasias, que é outra causa de morte relacionada às DCNTs. As causas externas, que incluem mortes por agressão e no trânsito, representavam 13% dos óbitos no Ceará em 2006. As doenças do aparelho respiratório, por sua vez, detinham 10% dos óbitos. As doenças endócrinas, do aparelho digestivo, assim como as doenças infecciosas representavam 5% dos óbitos totais no Ceará.

Gráfico 3.8a: Principais causas de mortes na população cearense em 2006



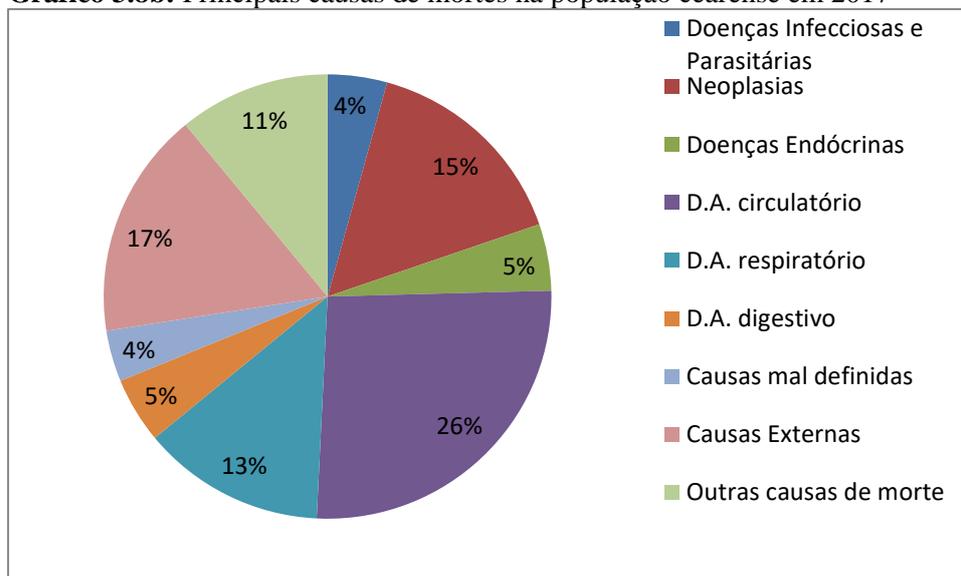
Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Em 2017, houve uma redução de 4 pontos percentuais da participação das doenças do aparelho circulatório como causa de morte, as quais passaram a representar 26% dos óbitos no Ceará (ver Gráfico 3.8b). Por outro lado, as mortes por causas externas cresceram 4 pontos percentuais (17%), e a participação das doenças do aparelho

respiratório aumentou em 3 pontos percentuais (13%) em relação à 2006. As neoplasias, as doenças endócrinas, e as doenças do aparelho digestivo mantiveram suas respectivas participações entre os óbitos no Ceará em 2017.

Vale notar que a participação das causas de mortes mal definidas caiu de 6% para 4%, o que resulta em uma redução de 2 pontos percentuais ou o equivalente a um-terço. Essa evidência sugere uma constante melhora na investigação e classificação das causas de morte no Ceará, conferindo acurácia das estimativas apresentadas. No entanto, percebe-se que as doenças crônicas não transmissíveis e as causas externas predominam como as principais causas de morte no estado, merecendo uma análise mais aprofundada de suas composições e taxas de incidência na população.

Gráfico 3.8b: Principais causas de mortes na população cearense em 2017



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

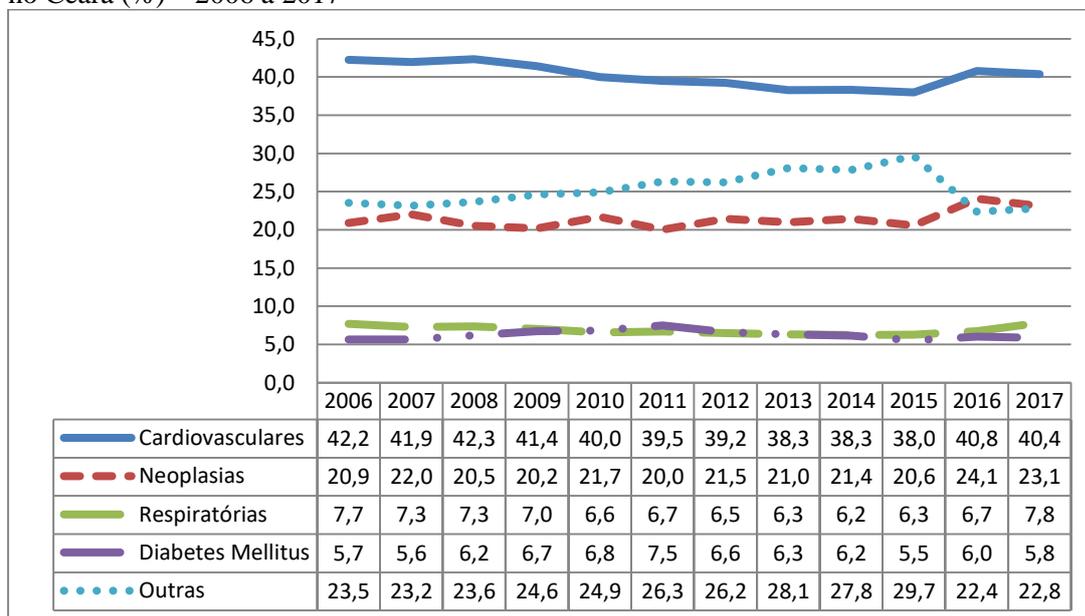
3.3.1 Mortes por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs)

No caso das mortes por doenças crônicas não transmissíveis, analisa-se a tendência temporal das mortes por doenças cardiovasculares, neoplasias (câncer), diabetes e doenças respiratórias, especialmente em idade prematura (entre 30 e 69 anos

de idade). Em relação às mortes por causas externas, o foco é dado às mortes por acidente de trânsito e por agressões, ou seja, mortes de causas violentas.

O Gráfico 3.9 mostra a composição das principais DCNTs dentre óbitos registrados para tal categoria no Ceará. Observa-se que as doenças cardiovasculares (DCVs) são as causas de morte mais comuns entre as DCNTs, mas que tem apresentado perda de sua participação ao longo dos últimos 11 anos. Em 2006, as DCVs representavam 41,2% das DCNTs, chegando a 38% em 2015 e subindo a 40,4% em 2017. O crescimento da participação das DCVs entre as DCNTs, verificado em 2016, pode estar refletindo uma melhor aferição das causas de morte, visto que a participação de outras DCNTs reduziu entre 2015 e 2016. Ademais, as neoplasias aparecem como a segunda principal causa de morte por DCNT, a qual variou entre 20,9% e 23,1% entre 2006 e 2017.

Gráfico 3.9: Participação das principais causa de mortes por doenças crônicas não transmissíveis no Ceará (%) – 2006 a 2017

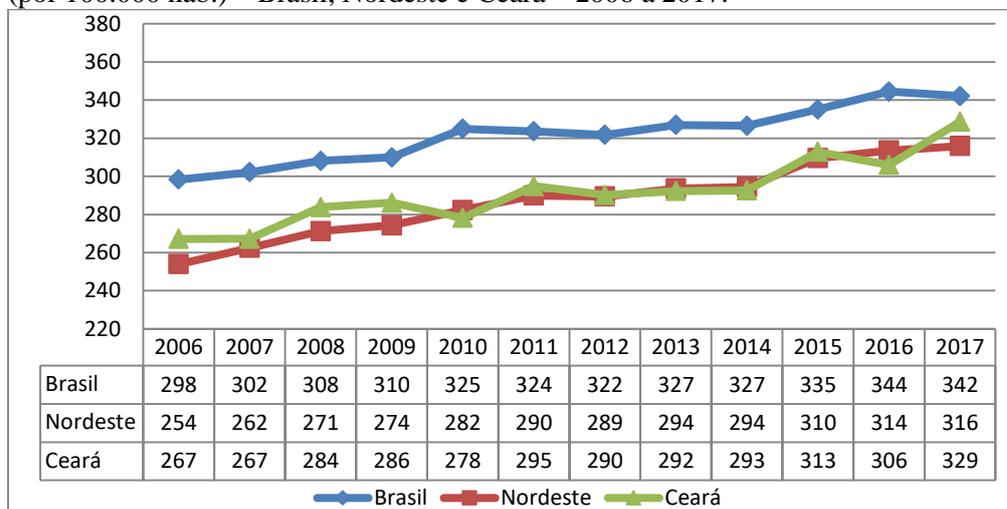


Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Analisando a taxa de mortalidade causada por DCNTs no Ceará, observa-se um crescimento considerável entre 2006 e 2017, saindo de 267 óbitos por 100.000 habitantes para 329 por 100.000 mil habitantes. Esse salto corresponde a um crescimento de 23% no período. A incidência de mortes por DCNTs no Ceará ultrapassou a média regional de 316 óbitos por 100.000 habitantes, e se aproximou da média nacional que é de 342 por

100.000 habitantes. Essa evidência aponta um quadro bastante preocupante quanto ao avanço das DCNTs entre as causas de morte da população cearense.

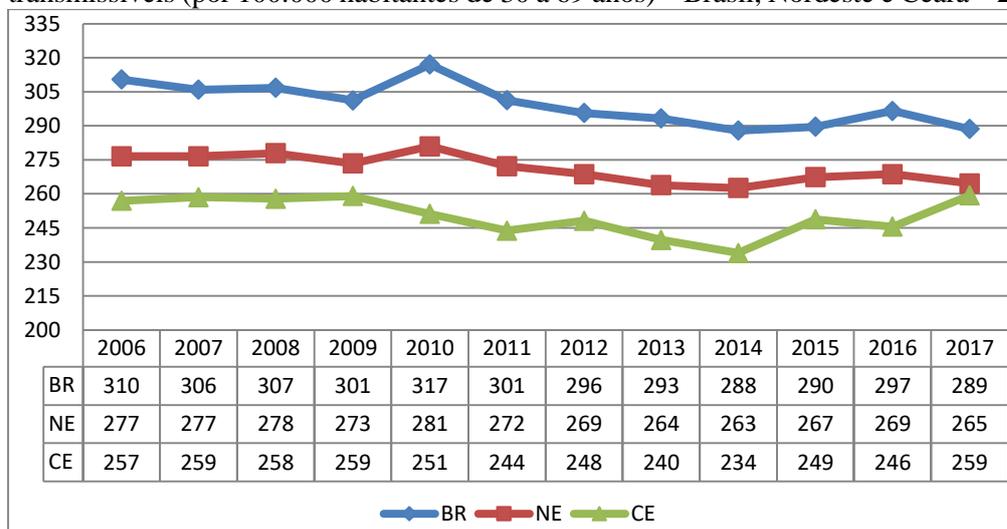
Gráfico 3.10: Taxa de mortalidade causadas pelas principais doenças crônicas não transmissíveis (por 100.000 hab.) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Restringindo-se à faixa etária de 30 a 69 anos de idade, o Gráfico 3.11 mostra um claro avanço das DCNTs como causa de morte no Ceará. Apesar da taxa de incidência ter decrescido entre 2006 e 2014, saindo de 275 para 234 por 100.000 habitantes, observou-se um crescimento a partir de 2015 que elevou a taxa a 259 por 100.000 habitantes em 2017. Esta é a mais alta taxa nos últimos 11 anos da série. A diferença para a região Nordeste que era de -9%, foi reduzida para apenas -2,2%. Portanto, o crescimento da taxa de mortalidade prematura por DCNTs explica, em parte, o crescimento da taxa de mortalidade geral por DCNTs no Ceará, o que demanda urgentemente por políticas públicas de prevenção.

Gráfico 3.11: Taxa de mortalidade prematura causada pelas principais doenças crônicas não transmissíveis (por 100.000 habitantes de 30 a 69 anos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



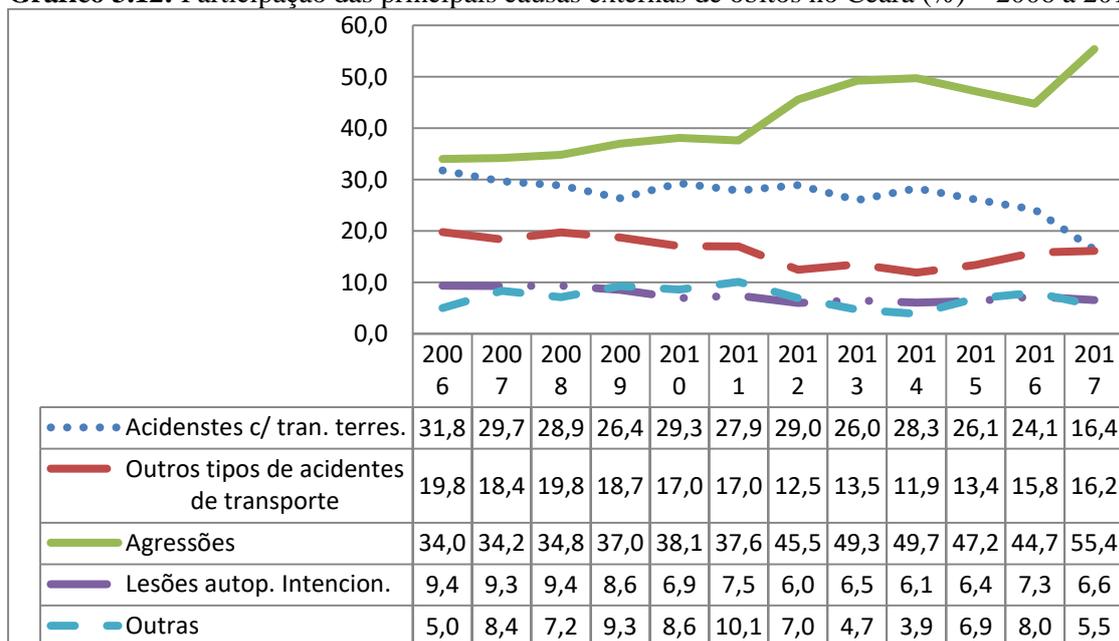
3.3.2 Mortes por Causas Externas

As causas externas representam a segunda maior causa de morte no Ceará em 2017 (ver Gráfico 3.8b) com uma considerável repercussão social. Dentre as principais causas externas de morte estão: as agressões, os suicídios (ou lesões autoprovocadas intencionalmente), e os acidentes de trânsito (ou acidentes com transporte terrestre).

O Gráfico 3.12 mostra a participação das principais causas externas de óbitos com respeito ao total da categoria. Em 2006, os óbitos por agressões e acidentes de trânsito representavam aproximadamente 34% e 32% do total de óbitos da categoria. Os anos seguintes marcaram trajetórias distintas para essas duas causas de morte que respondiam conjuntamente por quase dois terços dos óbitos no ano inicial da série. Enquanto acidentes de trânsito caíram 15,4 pontos percentuais em 2017 (ou uma variação de -52%), os óbitos por agressões aumentaram 21,4 pontos percentuais no mesmo período (ou uma variação de 63%). Em 2014, as agressões chegaram a representar quase a metade dos óbitos por causas externas no Ceará (49,7%), fato que ocorreu em 2017 quando a participação desta causa de morte alcançou 55,4% do total de óbitos da categoria.

Os acidentes de trânsito representam 16,5% dos óbitos por causas externas em 2017, o que é muito próximo do percentual observado para os óbitos decorrentes de acidentes com outros tipos de transportes (ou seja, aéreo e marítimo). Já os suicídios representavam 9,4% em 2006, e caíram para 6,6% em 2017.

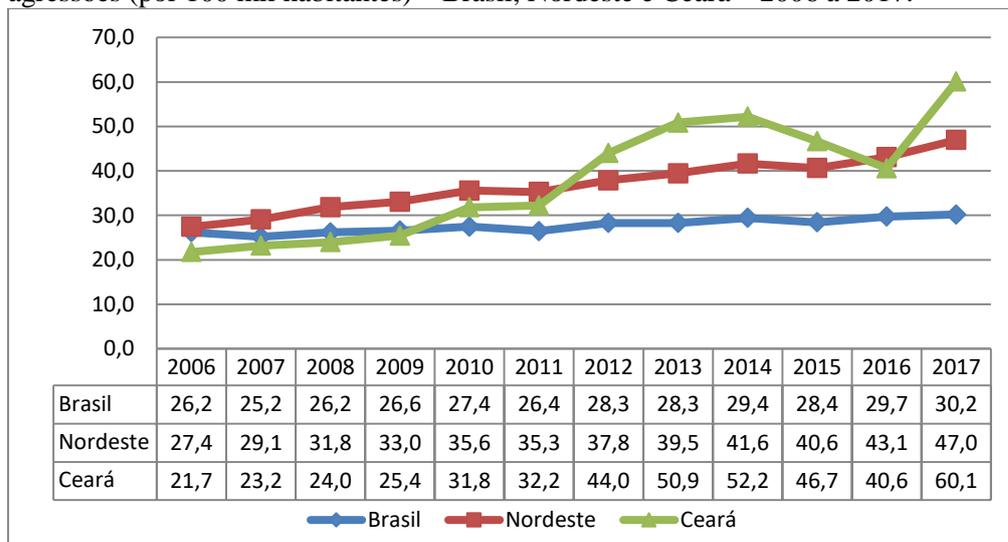
Gráfico 3.12: Participação das principais causas externas de óbitos no Ceará (%) – 2006 a 2017



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Essas evidências sugerem uma clara necessidade de maior atenção das políticas públicas para a segurança pública no Ceará, uma vez que a segurança no trânsito vem demonstrando sucessivos resultados satisfatórios. Quando se comparam, as taxas de incidência de óbitos por agressão entre Ceará, Nordeste e Brasil, percebe-se o quanto o fenômeno da violência se agravou no estado. A taxa de incidência de óbitos por agressão saltou de 21,7 para 60,1 por 100.000 habitantes, entre 2006 e 2017, um crescimento de 177% em 11 anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é classificada como epidêmica, do ponto de vista da saúde pública, quando a taxa de incidência supera os 10 óbitos por 100.000 habitantes. Embora tenha havido um decréscimo da taxa de incidência entre 2004 e 2015, o ano de 2017 apresentou o maior valor de toda a série analisada, superando a médias observadas para Nordeste e Brasil.

Gráfico 3.13: Taxa de incidência de óbitos por agressões ou por sequelas decorrentes de agressões (por 100 mil habitantes) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: SIM/DATASUS. Elaboração: IPECE.

Apesar dos sucessivos aumentos na expectativa de vida da população cearense entre 2006 e 2017, um maior foco das políticas públicas se torna imprescindível para solucionar os seguintes problemas de saúde pública observados nesta subseção dos indicadores sociais:

- i) **saúde infantil ao nascer** em virtude do crescimento da proporção de crianças nascidas com baixo peso;

- ii) **saúde da população adulta** devido ao aumento da taxa de incidência de mortes por DCNTs na população de 30 a 29 anos de idade;
- iii) **violência** em função do salto de 177% na taxa de incidência de óbitos com agressão, caracterizando uma situação epidêmica do ponto de vista da saúde pública.

4. EDUCAÇÃO

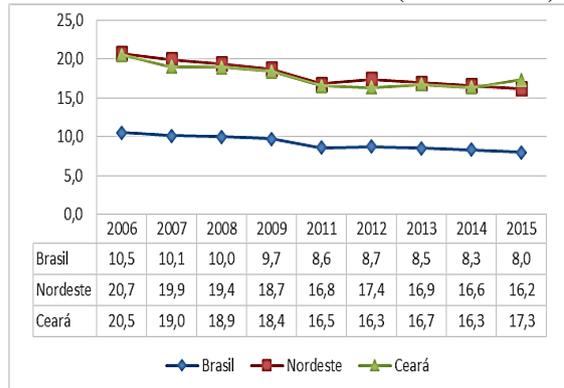
Nesta seção, são apresentadas algumas evidências da situação educacional da população brasileira, nordestina e cearense, no período de 2006 a 2015 (exceto 2010), com dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), e de 2016 e 2017 com informações que fazem parte do Suplemento de Educação da PNAD-Continua. Enquanto que a análise da evolução da qualidade da educação ofertada entre as escolas públicas, são utilizadas as informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007 a 2017 que são divulgados a cada dois anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

4.1. Evolução dos indicadores educacionais

O primeiro indicador a ser analisado é a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade (Gráfico 4.1a). Portanto, observa-se que, em 2006, o analfabetismo atingia 10,5% dos brasileiros, 20,7% dos nordestinos e 20,5% dos cearenses. Nota-se também uma redução progressiva no percentual de analfabetismo entre todas as regiões estudadas, a maior redução aconteceu no Brasil, caindo 23,8%, o Nordeste 21,7% e o Ceará foi o que menos reduziu neste período, apenas 15,6%.

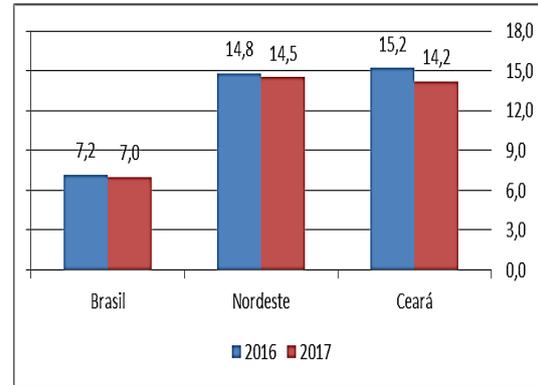
Olhando para os anos mais recentes, verifica que entre 2016 e 2017 a maior redução, entre as regiões analisadas, aconteceu no Ceará, caindo de 15,2% para 14,2% (com redução de -6,6%). Embora tenha apresentado taxas inferiores ao do Nordeste (14,5%), o estado do Ceará ainda se encontram com taxas de analfabetismo bastante elevadas, exibindo o dobro da taxa nacional (7%).

Gráfico 4.1a: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.1b: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

É relevante lembrar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população brasileira são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas ao sistema público de ensino. De modo que a grande quantidade de analfabetos no país é explicada pela manutenção de indivíduos que, em décadas passadas, tiveram maiores restrições de acesso à escola e a um ensino público de baixa qualidade e, também, pela reposição de “novos analfabetos”.

Sendo assim, o estoque de analfabetos na sociedade é caracterizado, por um lado, por gerações mais velhas que não tiveram oportunidades de acesso ao sistema de ensino e, por outro, pela reposição por parte da população mais jovem que não foi alfabetizada adequadamente.

Partindo desse raciocínio, uma das principais vias de erradicação do analfabetismo é assegurar o acesso de todas as crianças em idade escolar à escola e, também, garantir que elas sejam escolarizadas adequadamente, evitando que elas, no futuro, venham a fazer parte do grupo de analfabetos do país.

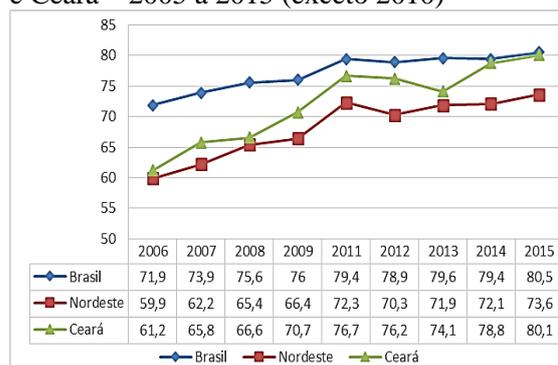
Apesar das conquistas alcançadas nos últimos anos, especialmente, na universalização da educação básica, problemas relacionados a qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas brasileiras ainda é um gargalo importante a ser superado.

De acordo com informações do PNAD/IBGE, em 2017, cerca de 99,4% das crianças de 6 a 9 anos frequentavam escola ou creche no Brasil. Contudo, como mostra o Gráfico 4.2b, a taxa de alfabetização das crianças nessa faixa de idade, no Brasil, Nordeste e Ceará, estava em torno de 79,9%, 73,0% e 81,0%, respectivamente. O que significa que 20,9%, 27% e 19% da população de 6 a 9 anos de idade no Brasil, Nordeste e Ceará,

respectivamente, ainda não sabiam ler nem escrever, mesmo matriculadas na escola ou creche.

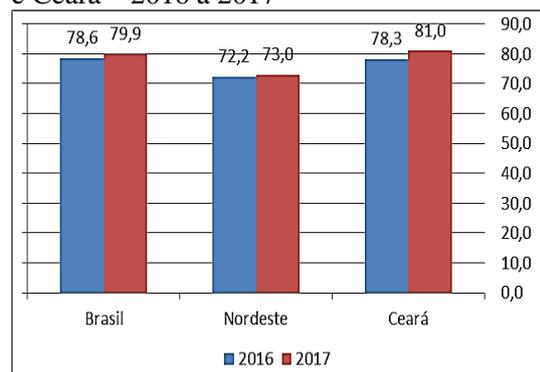
No caso do Ceará, destaca-se uma melhoria nas taxas de alfabetismo para as crianças nos últimos anos, frente ao Nordeste e ao resto do Brasil. Grande parte desse desempenho se deve ao sucesso do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) que foi idealizado com o objetivo alfabetizar as crianças nos primeiros anos escolares. Nota-se que a taxa de alfabetização das crianças de 6 a 9 anos teve um crescimento mais significativa a partir de 2007, ano em que o programa foi lançado pelo Governo do Estado do Ceará.

Gráfico 4.2a: Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.2b: Taxa de alfabetização das pessoas de 6 a 9 anos idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017

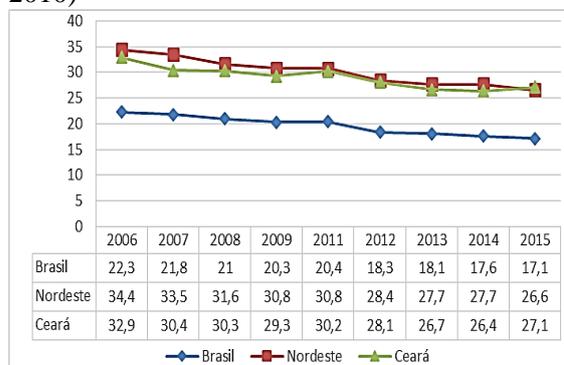


Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 4.3a e 4.3b apresentam outro indicador que mostra a situação do analfabetismo da população – a Taxa de Analfabetismo Funcional – que é calculado pelo percentual de pessoas com menos quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais. Nota-se que apesar da redução do analfabetismo funcional ao longo dos anos, a proporção de pessoas nessa situação ainda é relativamente elevada para todas as regiões analisadas. Por exemplo, no Brasil, em 2017, 15,0% da população ainda se encontravam nessa situação, sendo que grande parte delas eram residentes na Região do Nordeste (24,2% da população nordestina).

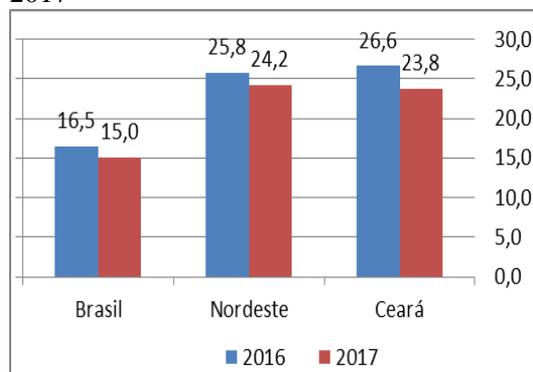
Considerando a população cearense, observa-se que entre as três regiões analisadas, foi a que apresentou a maior redução no período de 2016 e 2017, saindo de 26,6% para 23,8%, uma redução de 10,7%, como pode ser observado no gráfico 4.3b.

Gráfico 4.3a: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.3b: Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017

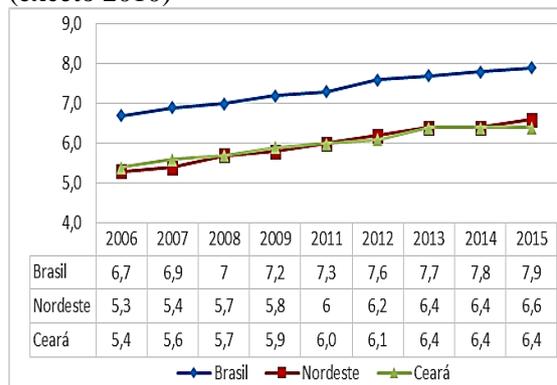


Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em relação à evolução dos anos de estudos da população adulta (25 anos ou mais de idade) verifica-se que dos anos de 2006 a 2015 (exceto 2010), os avanços praticamente tem permanecido estagnados, como pode ser observado Gráfico 4.4a.

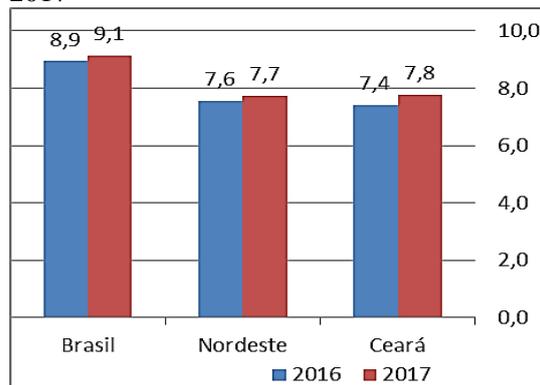
Com a nova metodologia de coleta de dado adotada pela PNAD-Contínua a escolarização média da população de 25 anos ou mais de idade apresentou números melhores para 2016 e 2017 (Gráfico 4.4b). Contudo, verifica-se que o Ceará foi o que mais evoluiu entre os dois anos, com uma variação de 5,0%, enquanto que o Brasil e o Nordeste apresentaram crescimento de 2,1% e 2,5%, respectivamente.

Gráfico 4.4a: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2005 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.4b: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

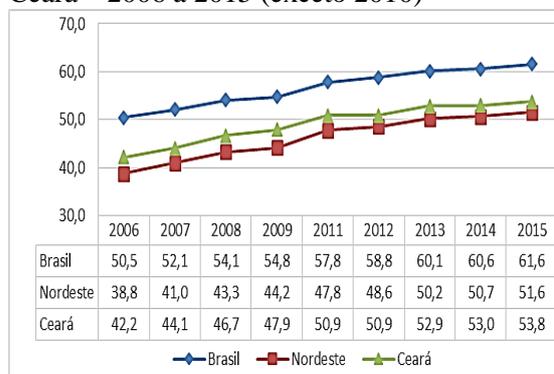
Considerando por nível de instrução concluído, ou seja, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio completo e Ensino Superior completo, verifica-se que, em

média, apenas considerando a população total do Brasil alcançaram o Ensino Fundamental completo, ciclo considerado obrigatório no Brasil, já que para a conclusão desta etapa de ensino são necessários oito anos escolares completos⁴. O ideal seria que a população dedicasse, em média, onze anos ou mais de sua vida aos estudos, correspondendo à conclusão do Ensino Médio. As populações nordestina e cearense ainda não chegaram a esse nível médio de escolaridade.

O percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído vem crescendo de forma contínua para as três regiões analisadas, como mostram os gráficos a seguir. O crescimento foi de cerca de 11 p.p no período, para o Brasil, atingindo 61,6% da população nessa faixa etária, em 2015. E para o Nordeste e o Ceará o aumento foi de 12,8 p.p e 11,6 p.p, respectivamente, alcançando os valores de 51,6% e 53,8%, em 2015.

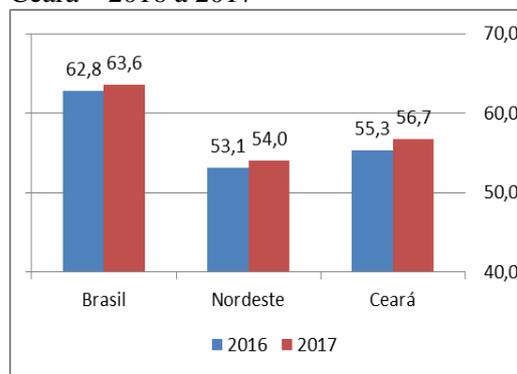
E nos anos mais recentes, especificamente em 2017, a população com 15 anos ou mais com Ensino Fundamental completo chegou a 63,6%, 54% e 56,7% no Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente (Gráfico 4.5b).

Gráfico 4.5a: Percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.5b: Percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

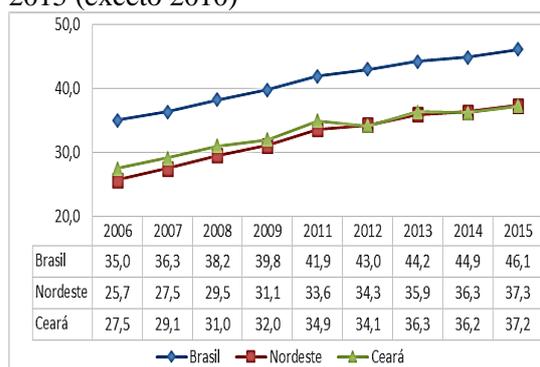
Analisando o desempenho deste indicador ponta a ponta no período de 2006 a 2015, nota-se que o Ceará, Nordeste e Brasil tiveram desempenho de 22%, 33% e 25,5%, respectivamente. Em relação ao crescimento percentual entre 2016 e 2017, o Ceará (2,5%) apresentou desempenho melhor que o Brasil (1,3%) e o Nordeste (1,7%).

⁴ Em 06/02/2006 foi sancionada a Lei nº 11.274, que passa a vigorar o ciclo do ensino fundamental com nove anos. De modo que o Ensino Fundamental completo na PNAD é calculado com a contagem de oito anos de estudos completos.

No Gráfico 4.6a e 4.6b, são expostos os resultados referentes àqueles que completaram pelo menos o Ensino Médio da população de 19 anos ou mais. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores apresentados pela Região Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos. Ambos atingiram, em 2015, valores próximos de 37% para este indicador. E mesmo apresentando crescimento na série histórica (entre 2005-2015, exceto 2010), é possível notar que ainda se encontram bem abaixo dos valores alcançados pelo Brasil (46,1%).

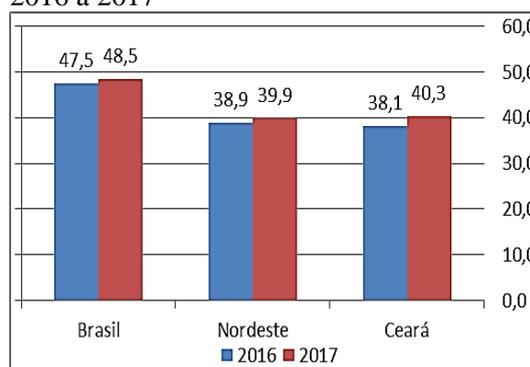
Entre 2016 e 2017, o estado do Ceará apresentou uma taxa de crescimento superior ao do Brasil e ao Nordeste, de cerca de 10%. Contudo, a proporção de pessoas com educação básica completa nas três regiões ainda é relativamente baixa, em 2017, somente 48,5% dos brasileiros, 39,9% dos nordestinos e 40,3% dos cearenses de 19 anos ou mais haviam concluído o Ensino Médio (Gráfico 4.6b).

Gráfico 4.6a: Percentual da população de 19 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.6b: Percentual da população de 19 anos ou mais com pelo menos o ensino médio completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

No Brasil, desde meados da década de 1990, importantes avanços foram observados em relação à expansão educacional em todas as Unidades Federativas do Brasil. Neste período, o Ensino Fundamental foi praticamente universalizado e houve uma significativa expansão do número de vagas ofertadas para o Ensino Médio. No entanto, a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos só foi colocada como lei em 2013, através da Lei nº 12.796, de modo a garantir que o Estado forneça gratuitamente educação para todos os brasileiros nessa faixa de idade.

Assim, é dever do Estado ofertar vagas escolares para crianças de 4 anos, ou da pré-escola, até a conclusão da educação básica, ou Ensino Médio. Tais iniciativas de expansão educacional garantem não somente maior acesso da população mais pobre ao sistema de ensino, lhes proporcionando maior escolaridade, mas também, torna o país

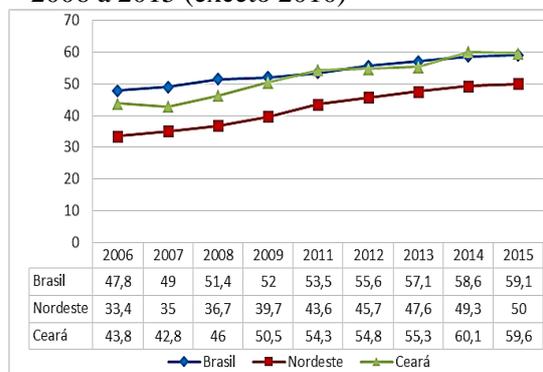
mais competitivo no cenário internacional, por ter à disposição um estoque de capital humano mais qualificado.

Mesmo diante da expansão do Ensino Médio, e a oferta maior do número de vagas nessa etapa de ensino, não se pode considerar que no Brasil há universalização deste nível de ensino, pois, são altas às porcentagens de jovens de 15 a 17 anos que permanecem fora da escola, bem como à persistência de altos índices de evasão e reprovação escolar.

Em 2015, a taxa de escolaridade líquida⁵ do Ensino Médio entre a população de 15 a 17 anos no Brasil estava em torno de 59,1, enquanto que o Nordeste apresentou taxas bem abaixo da média nacional, 50%. No caso do Ceará, observa-se que houve um significativo crescimento no período analisado, o percentual de adolescentes que frequentavam o Ensino Médio se ampliou de 39% para 59,6%, o que configura um crescimento de 20,6 p.p, como pode ser observado no Gráfico 4.7a.

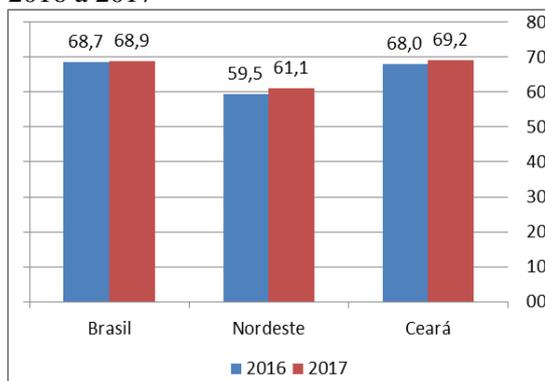
Em 2016 e 2017, observa-se que no Brasil não ocorreu nenhuma alteração na taxa de frequência líquida dos jovens de 15 a 17 anos de idade ao Ensino Médio. O Ceará apresentou uma variação maior que o Nordeste, saindo de 68%, em 2016 para 69,2% em 2017.

Gráfico 4.7a: Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.7b: Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



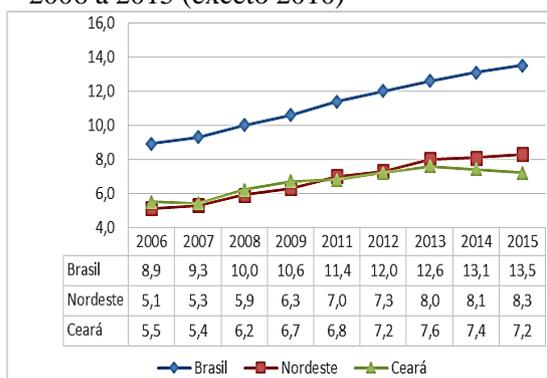
Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

No Gráfico 4.8a apresenta o percentual da população de 25 anos ou mais que já havia concluído o Ensino Superior. O percentual de brasileiros com nível superior passou de 8,9% em 2005, para 13,5%, em 2015. No entanto, ao desagregar as informações em diferentes territórios, como mostra os dados, a desigualdade educacional ainda é persistente e considerável, sobretudo, em relação a regiões pobres como o Nordeste e o

⁵ Este indicador é expresso pelas pessoas de 15 a 17 anos, matriculadas ou que já concluíram o Ensino Médio, em relação a população total de 15 a 17 anos em uma determinada região.

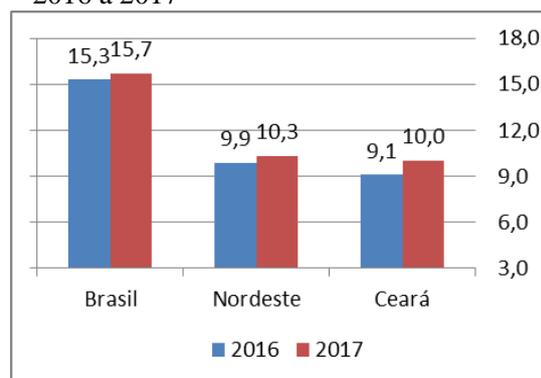
estado do Ceará. Como o gráfico mostra, em 2015, no Nordeste e no Ceará, a proporção da população adulta com Ensino Superior era de somente 8,3% e 7,2%, respectivamente. Cabe destacar que, a partir de 2014, ocorreu uma oscilação negativa no Ceará, de modo que a proporção de pessoas com Ensino Superior nos últimos anos apresentou uma redução no estado.

Gráfico 4.8a: Percentual da população de 25 anos ou mais com pelo menos o ensino superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 4.8b: Percentual da população de 25 anos ou mais com pelo menos o ensino superior completo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 a 2017



Fonte: Suplemento Educação/PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em relação aos anos de 2016 e 2017 (Gráfico 4.8b), verifica-se que, assim como ocorreu nos demais níveis de escolaridade, o Ceará (10%) apresentou o maior crescimento neste período, no entanto, a proporção de pessoas com Ensino Superior ainda é inferior ao Brasil (15,7%) e a região do Nordeste (10,3%).

4.2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

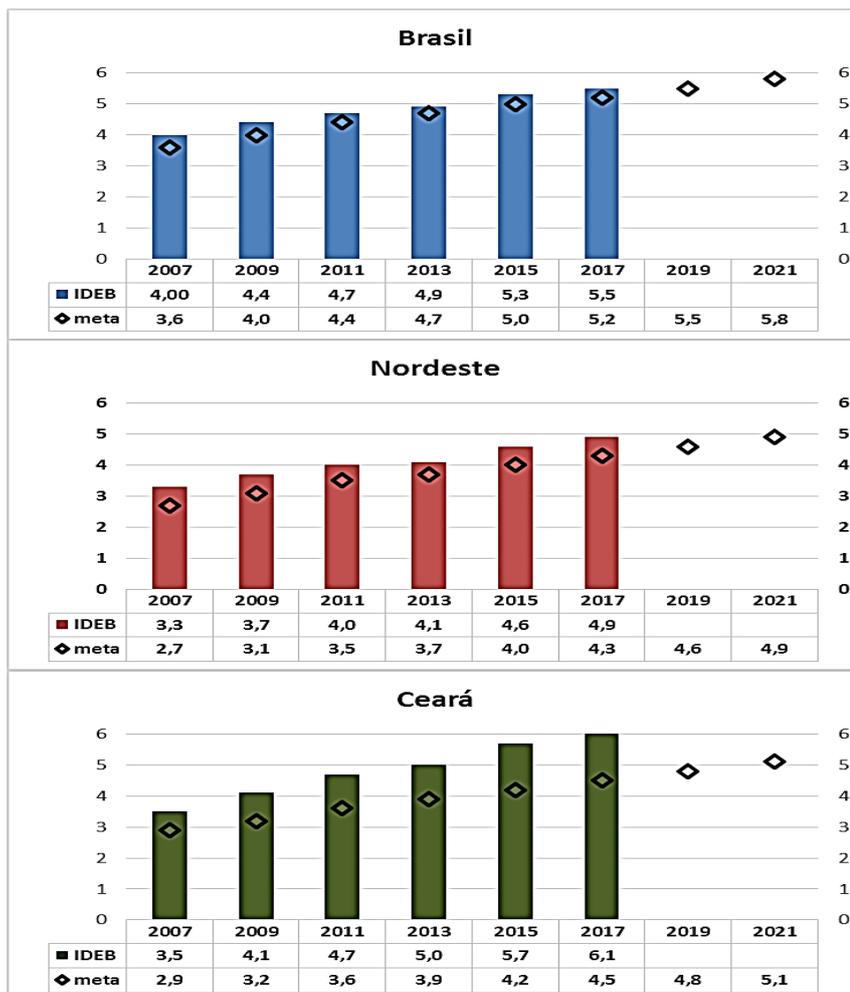
Para compreensão da evolução da qualidade do ensino ofertado pela rede pública no Brasil, Nordeste e Ceará, analisamos nos Gráficos 4.9, 4.10 e 4.11 o IDEB para os *Anos Iniciais* e *Anos Finais do Ensino Fundamental* e do *Ensino Médio*, respectivamente.

Criado em 2007, o IDEB é calculado a cada dois anos e sintetiza, em um escala de um a dez, as notas obtidas em Língua Portuguesa e Matemática na avaliação da Prova Brasil e a taxa de aprovação escolar. E é com base nesse indicador, que o Ministério da Educação (MEC), projetou metas de qualidade da educação que devem ser atingidas até 2021. O objetivo é tornar a educação de fato eficaz, atingindo o nível de qualidade dos países desenvolvidos.

Os resultados do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede pública de ensino são apresentados no gráfico a seguir. Como pode ser observado em todas as regiões há uma evolução positiva e contínua, o Brasil alcançou, em 2017, o índice de 5,5, superando a meta estabelecida para o ano em 0,3 pontos.

O mesmo observa-se na região do Nordeste, sendo que a meta para essa região foi superada em 0,6 pontos. Enquanto que o Ceará foi o estado brasileiro que mais evoluiu no período, alcançando o IDEB de 5,7, índice superior à média nacional e superando a meta estipulada para o ano de 2017 (4,5 pontos), além de alcançar um índice superior ao projetado para o ano de 2021 (5,1 pontos). E assim como aconteceu em 2015, quando entre as 100 melhores escolas da rede pública de ensino do país com melhor IDEB, 77% estavam localizadas no Ceará, em 2017, das 125 escolas que ocupavam as 100 melhores colocações, 82 estavam localizadas no Ceará.

Gráfico 4.9. Anos Iniciais do Ensino Fundamental – IDEB (2007 a 2017) e Metas (2007 a 2021) - rede pública

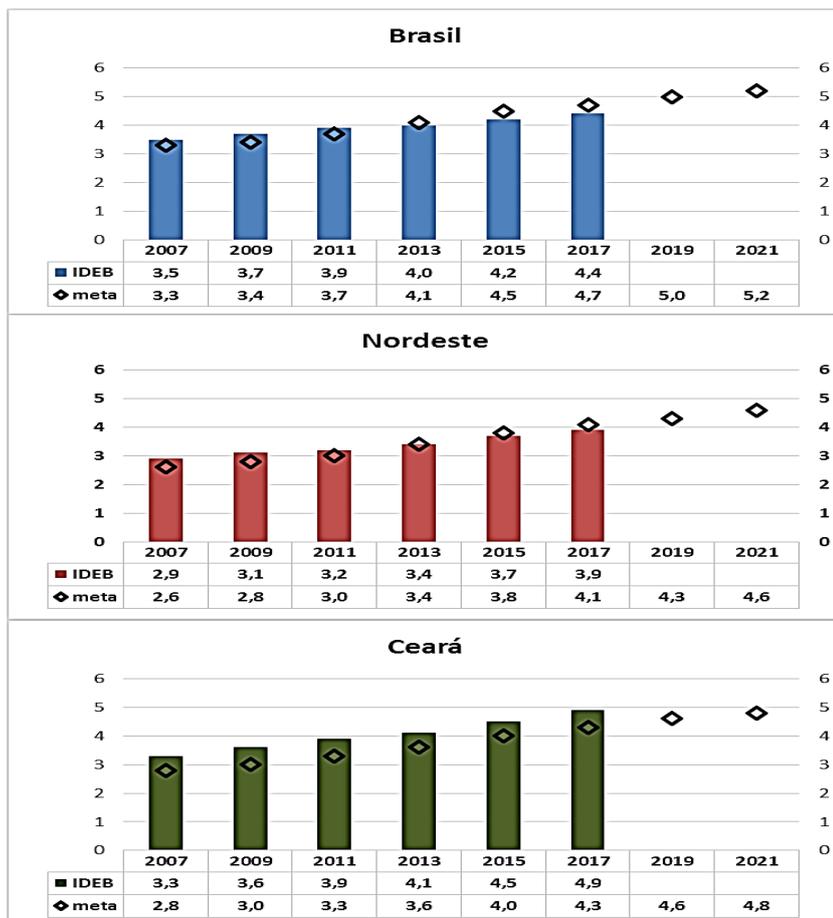


Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

Dos resultados apresentados para os Anos Finais do Ensino Fundamental (Gráfico 4.10), mostram que apesar do País ter avançado na melhoria da educação nos últimos anos, o IDEB alcançado, em 2017, foi de 4,4 para escolas públicas, não atingindo a meta estabelecida para este ano, ficando abaixo em 0,3 pontos.

O Nordeste também não conseguiu alcançar a meta de 2017, apesar de manter uma trajetória constante de melhoria e superior ao valor alcançado em 2015, passando de 3,7 para 3,9. O Ceará, por sua vez, não apenas superou a meta estabelecida para 2017, de 4,1, como alcançou a meta projetada para 2021 (de 4,8), atingindo um IDEB de 4,9.

Gráfico 4.10. Anos Finais do Ensino Fundamental – IDEB (2007 a 2017) e Metas (2007 a 2021) - rede pública

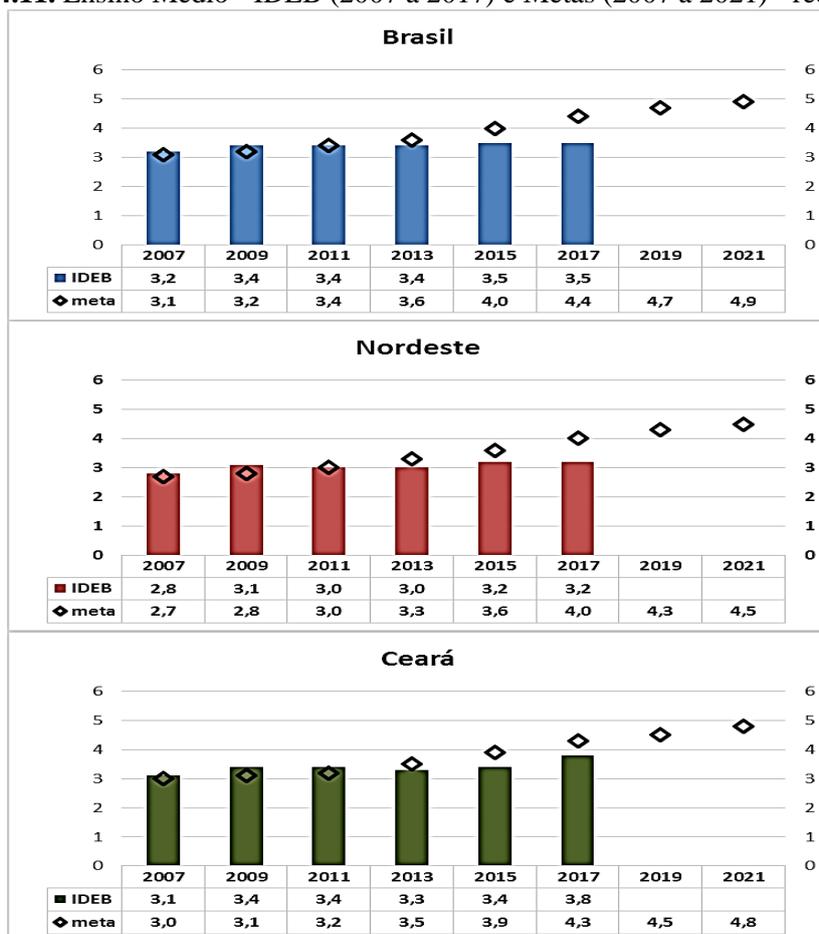


Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

No caso do Ensino Médio, diferentemente do desempenho obtido no Ensino Fundamental, o IDEB nesta etapa de ensino tem evoluído mais lentamente, de modo que nenhuma das regiões analisadas conseguiu alcançar a meta de 2017, como pode ser observado no Gráfico 4.11. O Brasil não conseguiu melhorar no indicador entre 2015 e 2017, permanecendo com o IDEB de 3,5, 0,9 pontos abaixo da meta estabelecida para o ano. Das 27 Unidades da Federação, apenas duas conseguiram atingir a meta estabelecida, são elas: Pernambuco e Goiás.

Por sua vez, o Ceará também não conseguiu atingir a meta de 2017, mas foi uma das unidades federativas que mais evoluiu no período, saindo de uma estagnação que acontecia deste 2009, para alcançar o índice de 3,8, em 2017.

Gráfico 4.11. Ensino Médio - IDEB (2007 a 2017) e Metas (2007 a 2021) - rede estadual



Fonte: INEP/ MEC. Elaboração: IPECE.

As informações aqui apresentadas mostraram que mudanças significativas na área educacional vêm ocorrendo no cenário nacional, regional e local nos últimos dez anos. Observamos que em anos mais recentes tem ocorrido um esforço por parte do poder público para aumentar a cobertura escolar e a qualidade do ensino ofertado aos brasileiros. No entanto, os desafios ainda são muitos, ainda existe um longo caminho que precisa ser percorrido e superado para que todos tenham de fato acesso à educação de qualidade e gratuita.

Um dos grandes desafios, em termos de políticas educacionais, é garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola, por reduzir a taxa de evasão e abandono escolar, sobretudo, nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

E foi com o objetivo de melhorar a situação educacional do Brasil que o Governo Federal instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014-2024. Dentre as principais metas, destaca-se: a universalização da Educação Básica de 4 a 17 anos de idade; que pelos menos 95% dos alunos concluam o Ensino Fundamental com menos de 15 anos de idade; aumentar para 85% a taxa líquida de frequência do Ensino

Médio da população de 15 a 17 anos; elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos para, no mínimo, doze anos de estudos; erradicar o analfabetismo absoluto no país e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional e; melhoria qualidade do ensino ofertado pelas escolas públicas.

As metas estabelecidas pelo PNE são ambiciosas e vai exigir esforços sincronizados entre as diferentes esferas administrativas do poder público e da sociedade, sobretudo, em regiões mais pobres, como o Nordeste e o Ceará.

5. MERCADO DE TRABALHO

A análise da dinâmica do mercado de trabalho é de fundamental importância, pois tem a capacidade de refletir os diversos aspectos econômicos e sociais de uma

determinada sociedade em um determinado período do tempo. Após a mensuração direta do nível de produção, a análise do mercado de trabalho constitui a principal alternativa para avaliar o grau de atividade econômica. Além disso, indicadores relacionados ao mercado de trabalho podem refletir fatores demográficos, educacionais e institucionais de uma sociedade.

Nessa perspectiva, dada sua relevância, o presente capítulo apresenta e discute os principais indicadores do mercado de trabalho do estado do Ceará, calculados para os períodos entre 2006 e 2011, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e entre 2012 e 2017, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), ambas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, como realizado em capítulos anteriores, destaca-se que sempre que possível a análise é feita comparando o desempenho dos dados do estado do Ceará com o comportamento médio da região Nordeste e do Brasil.

Cabe destacar que ao primeiro olhar não é possível realizar a comparação dos indicadores construídos pela PNAD e PNADC, já que apresentam desenho amostral e elaboração de indicadores de maneira distinta. Contudo, através de metodologia desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Economia⁶ (IBRE) para compatibilização das bases de dados essa comparação torna-se factível. Desse modo, entre os principais indicadores expostos nesse capítulo estão: a taxa de desemprego, o nível de ocupação, o percentual de jovens entre 14 e 29 anos que não estudam e nem trabalham, o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, dentre outros.

Finalmente, além dessa seção introdutória, esse capítulo se divide em mais três seções. A próxima seção apresenta informações de desemprego, ocupação e geração “nem-nem”. A seção subsequente expõe informações sobre rendimentos do trabalho, desigualdade e a taxa de participação na força de trabalho. A última seção retrata a informalidade e a ocupação por atividade econômica.

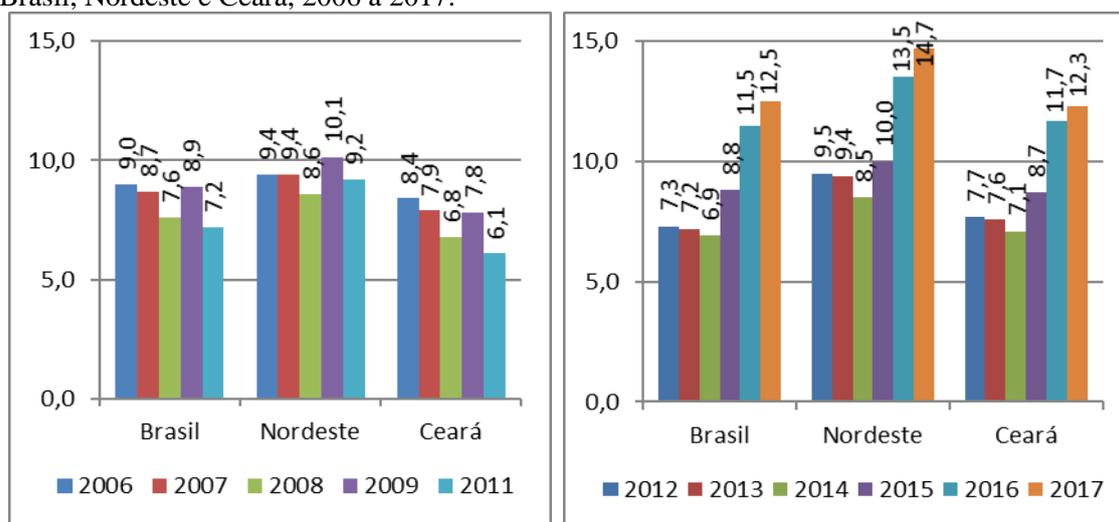
5.1. Desemprego, Ocupação e a Geração “Nem-Nem”

A primeira variável analisada é a taxa de desemprego (taxa de desocupação), esse indicador tem a capacidade de representar um “termômetro” do mercado de trabalho. A

⁶ Ottoni e Barreira (2016) desenvolveram uma metodologia que permite a compatibilização entre as duas pesquisas para os dados brasileiros. Para mais informações acesse: <https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D9CCBFDD1784C&contentId=8A7C82C557E5111F0158871C8AB41764>

taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a população desocupada (desempregada) e a população economicamente ativa (PEA). Desse modo, representa a parcela de indivíduos que está no mercado de trabalho, ofertando sua mão-de-obra, mas sem sucesso em obter emprego. O Gráfico 5.1 apresenta a dinâmica da taxa de desemprego no período de 2006 a 2017 nas três dimensões geográficas consideradas.

Gráfico 5.1: Taxa de desemprego (desocupação) das pessoas com 14 anos ou mais de idade - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



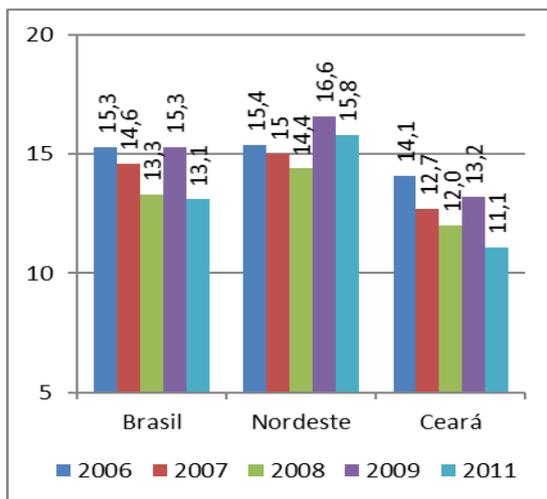
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

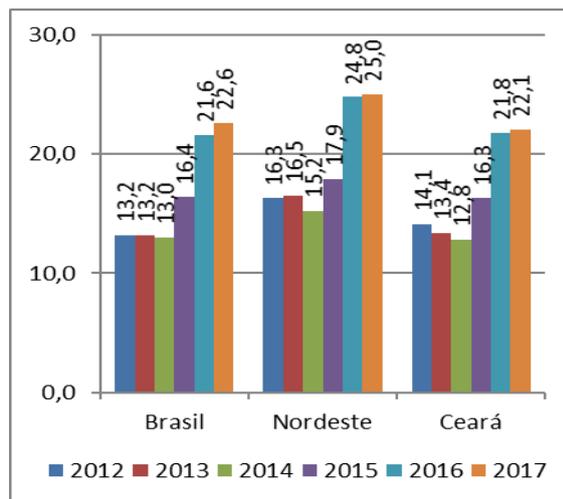
Ao longo do período entre 2006 e 2011 é possível observar uma tendência do estado do Ceará permanecer com taxas de desemprego inferiores a região Nordeste e ao Brasil. Pode-se dividir a análise dessa variável para o Estado, a Região e o Brasil em dois subperíodos, o período entre 2006 e 2014 que apesar de oscilações apresentou trajetória de redução, e o período entre 2015 e 2017 com crescimento das taxas de desemprego. Destaca-se que no ano de 2017 o Ceará (12,3%) apresentou taxa de desemprego inferior a média do país (12,5%) e a região Nordeste (14,7%).

O Gráfico 5.2 também apresenta uma variável de taxa de desemprego, mas com o recorte para os jovens de 14 a 29 anos. Historicamente, esse grupo demográfico destaca-se frente aos demais por possuir as mais elevadas taxa de desemprego. Pode-se observar que embora o desemprego entre jovens apresente a mesma tendência que para a população como um todo, no ano de 2017 o estado do Ceará possuía 22,1% dos jovens de 14 a 29 anos desempregados, valor superior aos 12,3% para o total da população do Estado. Todavia, o Ceará (22,1%) apresentou no ano 2017 uma taxa de desemprego entre jovens inferior ao Brasil (22,6%) e ao Nordeste (25%).

Gráfico 5.2: Taxa de desemprego (desocupação) de jovens de 14 a 29 anos - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



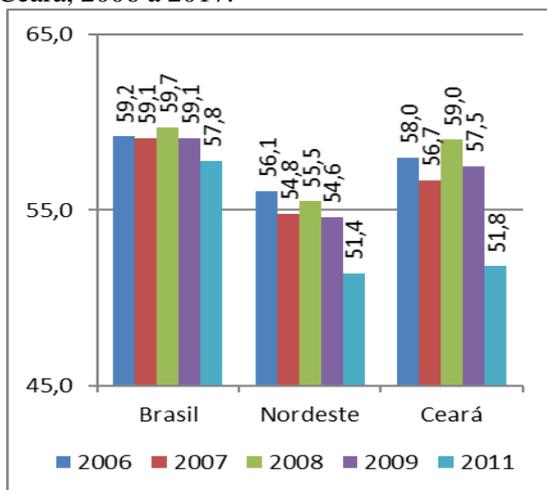
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



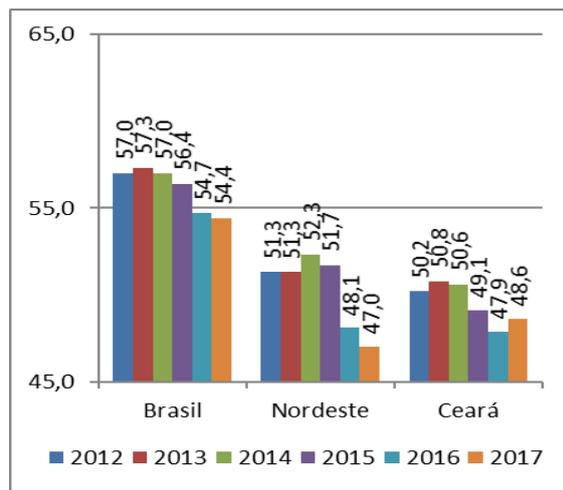
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.3 expõe outro importante indicador a ser analisado: o nível de ocupação, que representa o percentual de trabalhadores economicamente ativos (ocupados ou desocupados) que estão ocupados. Portanto, a taxa é construída através da razão entre os trabalhadores ocupados e a população economicamente ativa (PEA). Os dados revelam certa estabilidade na economia brasileira nesse espaço de tempo, mas destacando-se a forte retração do nível de ocupação a partir de 2014. Nessa medida, no ano de 2017, o Ceará (48,6) apresentou melhor resultado que a região Nordeste (47,0), mas inferior ao Brasil (54,4).

Gráfico 5.3: Nível de ocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

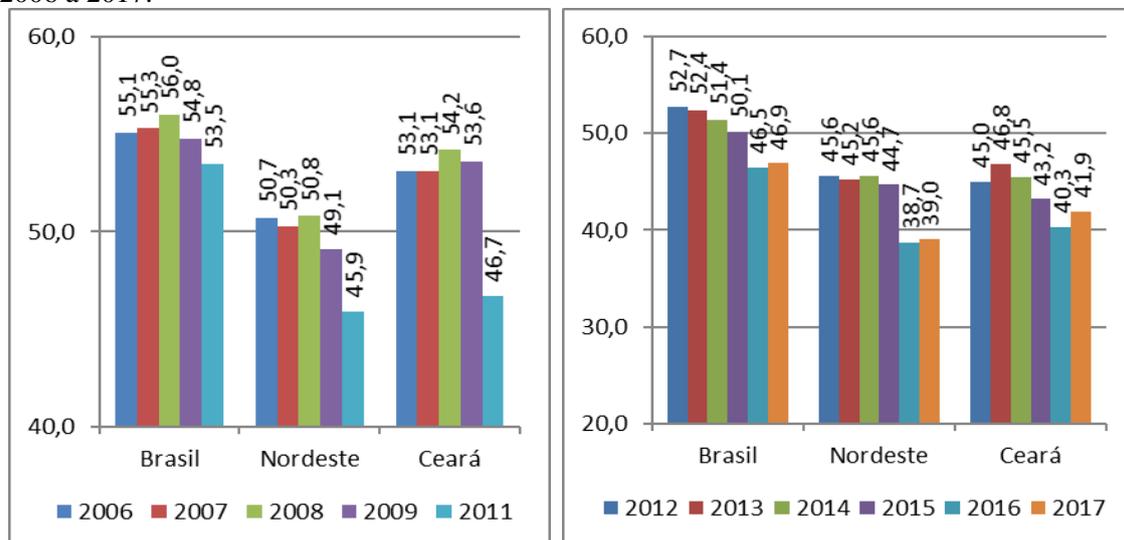


Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.4 apresenta a mesma variável anterior, mas com o enfoque para os jovens de 14 a 29 anos de idade. Observa-se que o nível de ocupação dos jovens no mercado de trabalho brasileiro, na região Nordeste e no Ceará expõem valores inferiores que a média para a população em geral. No ano de 2017, o Ceará (41,9) apresentou melhor

nível de ocupação entre os jovens que o Nordeste (39,0), porém menor que a média nacional (46,9).

Gráfico 5.4: Nível de ocupação dos jovens de 14 a 29 anos de idade - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.

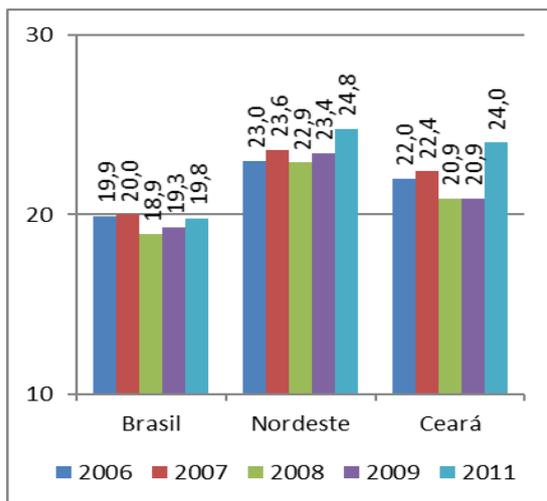


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

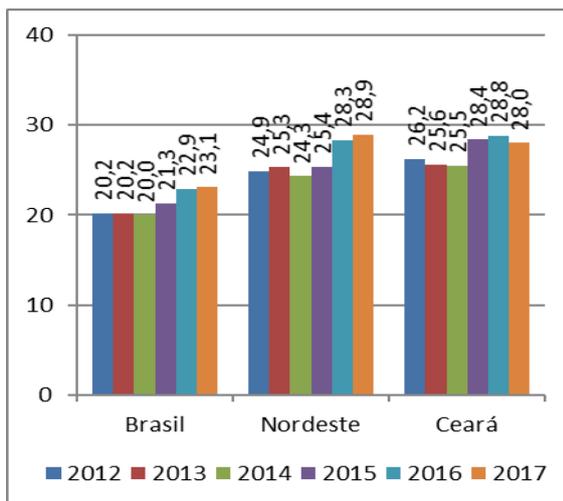
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Por fim, destaca-se os resultados do Gráfico 5.5, que exhibe o percentual de jovens entre 14 e 29 anos de idade que não estudam e nem trabalham. Nota-se que o estado do Ceará e a região Nordeste apresentaram no período abordado (2006-2017) maiores taxas de jovens “Nem-Nens” vis-à-vis o Brasil. Entre os anos de 2015 e 2017, destaca-se um aumento relevante desse indicador nas três unidades geográficas. Em 2017, o Ceará (28,0%) exibiu valor inferior à média do Nordeste (28,9%) no percentual de jovens “Nem-Nens”, mas superior à média nacional (23,1%). O crescimento desse indicador é preocupante devido a possibilidade de estar correlacionado com a elevação das taxas de crime no país. Assim, é salutar destacar a importância de se buscar realizar intervenções já na fase da infância e adolescência a fim de mitigar esse problema.

Gráfico 5.5: Percentual de Jovens de 14 a 29 anos idade que não estudam e nem trabalham – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2017.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

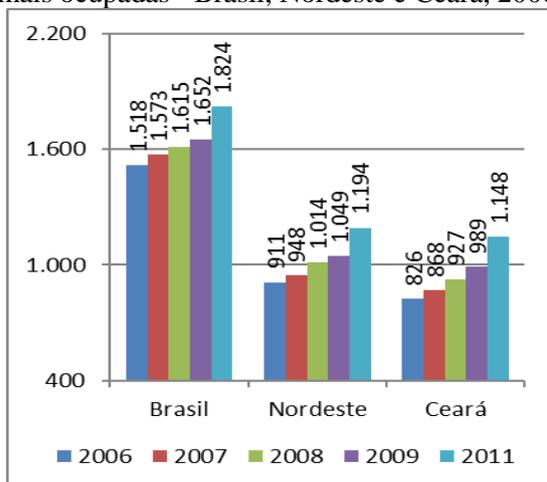


Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

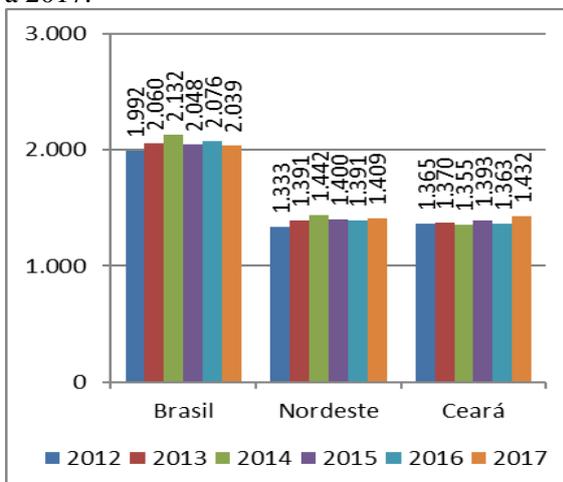
5.2. Rendimento do Trabalho, Desigualdade e Taxa de Participação

Nesta subseção, apresenta-se as informações sobre o nível de rendimentos do trabalho. Considerando o período entre 2006 e 2011, o rendimento real médio do trabalho principal no estado do Ceará, na região Nordeste e no Brasil apresentaram tendência de crescimento. O rendimento real mensal médio no Ceará cresceu cerca de 39% nesse período, passando de R\$ 826,00 para R\$ 1.148,00. Contudo, destaca-se que o Ceará apresenta níveis remuneratórios inferiores à média nordestina e brasileira. Ademais, nota-se que essa trajetória de forte elevação dos rendimentos médios estabiliza-se entre os anos de 2012 e 2017, embora observe-se ganhos marginais. Essas informações podem ser verificadas no Gráfico 5.6.

Gráfico 5.6: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



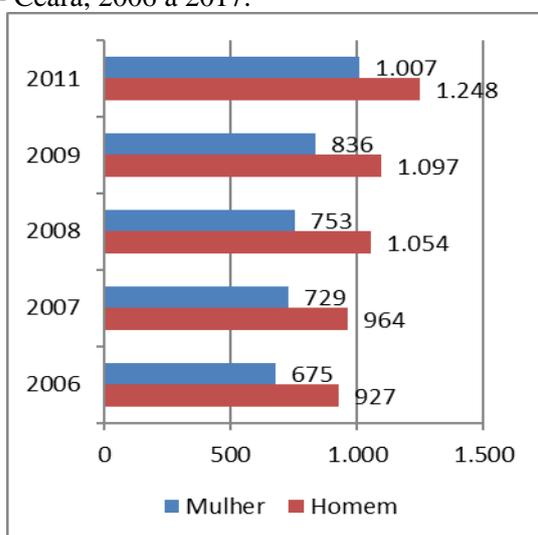
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



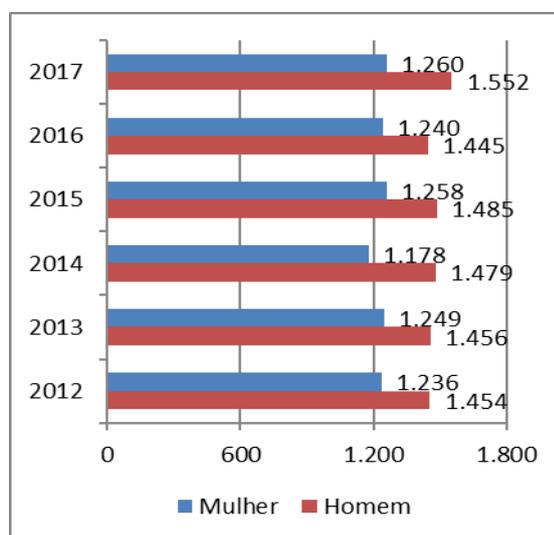
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.7 apresenta o rendimento médio mensal real do trabalho principal para homens e mulheres e destaca a diferença de nível entre as remunerações dos dois grupos. A desigualdade de remunerações entre homens e mulheres ainda é bastante presente no mercado de trabalho brasileiro, e no caso cearense não é diferente. Os dados do Gráfico 5.7 mostram que o nível de rendimentos de ambos os grupos apresentaram crescimento elevado no período entre 2006-2011 e crescimento moderado entre 2012-2017. Todavia, observa-se que enquanto o rendimento médio do trabalho de pessoas do sexo feminino no ano de 2017 era de R\$ 1.260,00, indivíduos do sexo masculino apresentavam salário médio mensal de R\$ 1.552,00.

Gráfico 5.7: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por sexo - Ceará, 2006 a 2017.



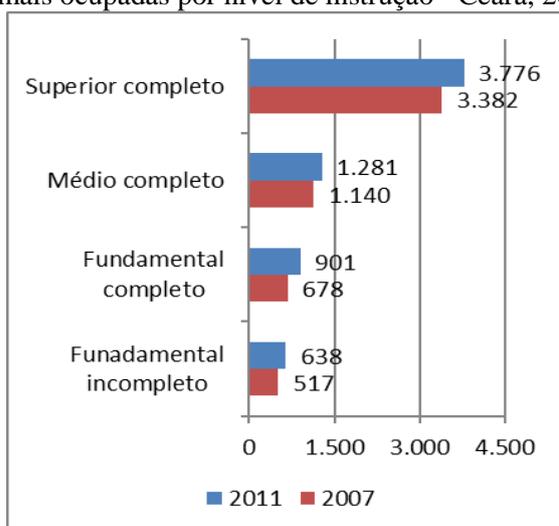
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



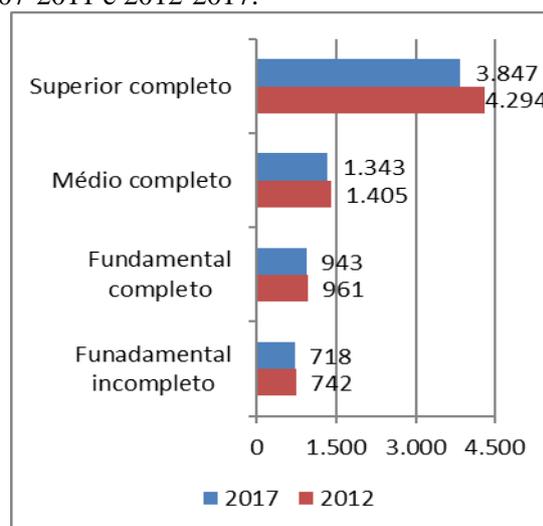
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Para se ter uma ideia de estatísticas relativas aos rendimentos obtidos no mercado de trabalho de acordo com características dos trabalhadores, o Gráfico 5.8 expõe o rendimento médio mensal real do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade por nível de escolaridade no estado do Ceará para os anos de 2007 a 2017. Pode-se observar que há uma grande diferença de rendimentos de acordo com o nível de escolaridade. As pessoas com ensino superior completo (R\$ 3.847,00) no ano de 2017 apresentaram um rendimento médio aproximadamente três vezes maior que as pessoas com ensino médio completo (R\$ 1.343,00). Outro ponto a destacar é o crescimento das remunerações no período de 2007-2011 para todos os níveis de escolaridade, ao passo que ocorre uma retração no período 2012-2017, especialmente na média de rendimentos dos indivíduos com maior escolaridade.

Gráfico 5.8: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas por nível de instrução - Ceará, 2007-2011 e 2012-2017.



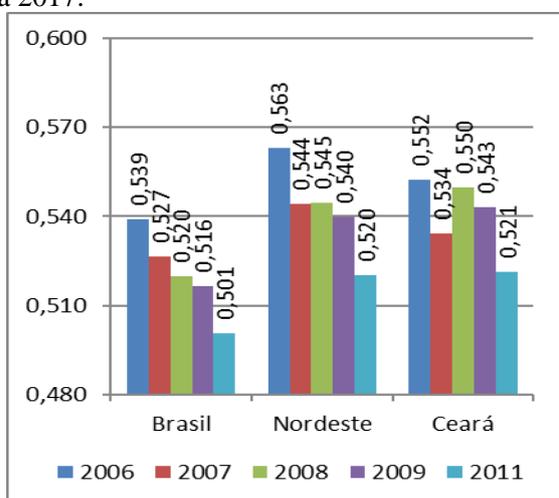
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



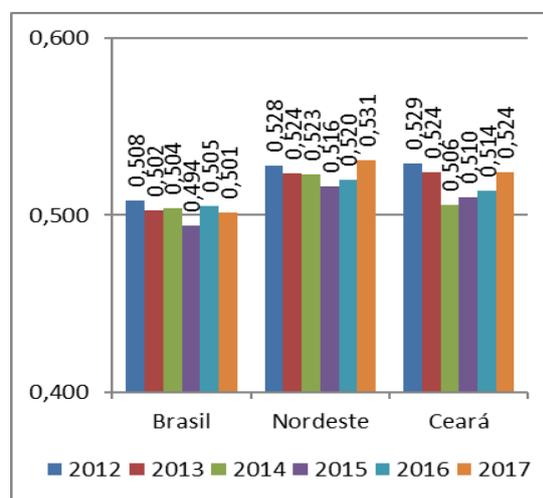
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 5.9 apresenta a desigualdade do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, mensurada pelo índice de Gini. O índice de Gini é uma tradicional medida estatística utilizada para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade, até 1, quando a desigualdade é máxima. Os dados revelam que no ano de 2017 o estado do Ceará (0,524) apresentou menor nível de desigualdade nos rendimentos do trabalho em comparação com a região Nordeste (0,531), porém valor superior ao Brasil (0,501). Ademais, é importante ressaltar que nos anos recentes, enquanto o Brasil exibiu estabilidade no nível de desigualdade, o Ceará e o Nordeste ampliaram o coeficiente de Gini das remunerações do trabalho.

Gráfico 5.9: Índice de Gini do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



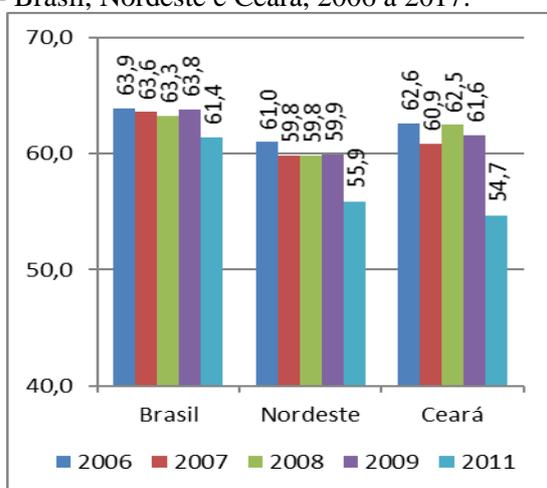
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



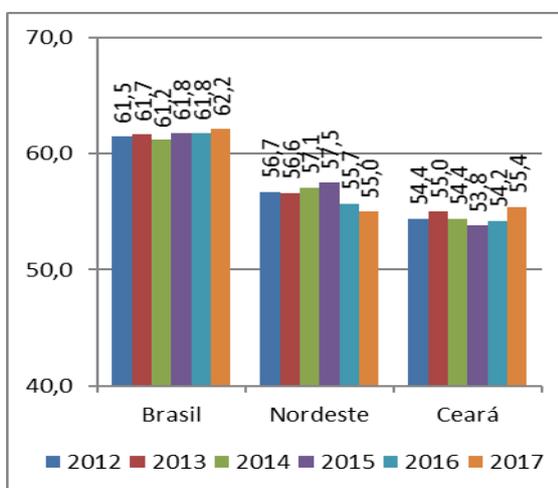
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

A Taxa de Participação calculada pela razão entre a População Economicamente Ativa (PEA) e a População em Idade Ativa (PIA), expressa a proporção de pessoas em idade ativa (PIA) incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desocupadas, ou seja, economicamente ativas (PEA). Pelo Gráfico 5.10, nota-se que há uma tendência de redução dessa variável no período 2006-2011, especialmente na economia cearense. Essa informação suscita que um número relativamente menor de indivíduos está disponível para o trabalho, o que pode-se refletir em menor produtividade na economia. Contudo, no intervalo de 2012 a 2017 o Ceará apresentou crescimento dessa variável, passando de 54,4 em 2012 para 55,4 em 2017.

Gráfico 5.10: Taxa de Participação das pessoas com 14 anos ou mais de idade na força de trabalho - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006 a 2017.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

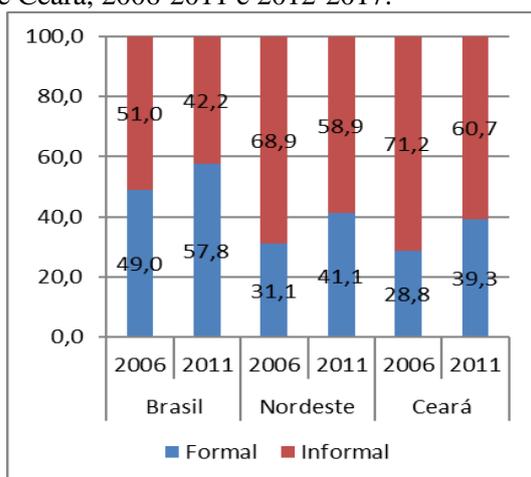


Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

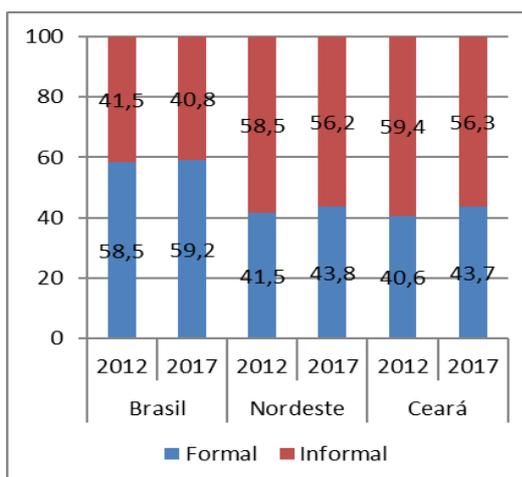
5.3. Informalidade e Ocupação por Atividade Econômica

Finalmente, essa subseção expõe um dos principais problemas estruturais da economia brasileira: as altas taxas de informalidade no mercado de trabalho. Essa característica é recorrente em países em desenvolvimento como o Brasil. O Gráfico 5.11 revela que apesar da redução nos níveis de informalidade nos dois períodos avaliados, 2006-2011 e 2012-2017, no ano de 2017 o estado do Ceará apresentava 56,3% da sua força de trabalho na informalidade. Esse valor para o Estado (56,3%) no ano de 2017 foi superior à média nordestina (56,2%) e nacional (40,8%).

Gráfico 5.11: Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos formais e informais - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006-2011 e 2012-2017.



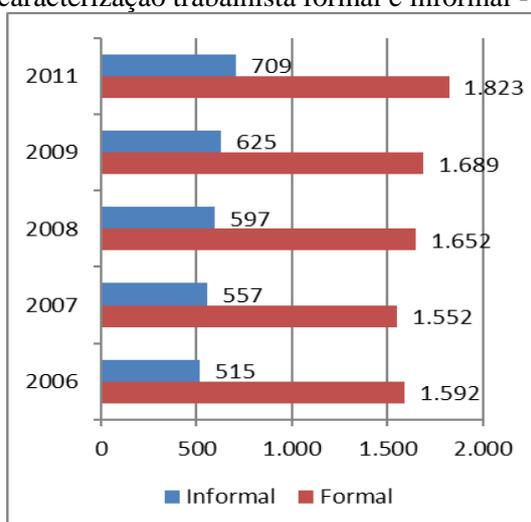
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



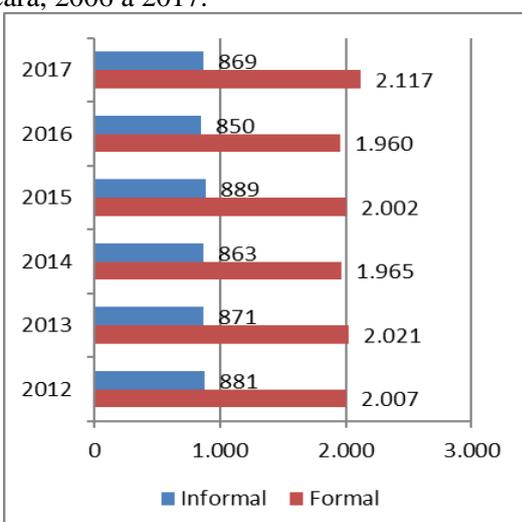
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

A questão da informalidade se reflete ao longo do tempo em maior insegurança jurídica e em menores remunerações para o trabalhador, como expõe o Gráfico 5.12. Pode-se destacar que historicamente o trabalhador informal apresenta uma média de rendimentos de aproximadamente apenas um terço do trabalhador com relação de trabalho formal. Em 2006, no estado do Ceará um trabalhador formal possuía uma média de rendimentos de R\$ 1.592,00 ao passo que um trabalhador informal detinha em média apenas R\$ 515,00. No ano de 2017, essa relação era de R\$ 2.117 para o trabalhador formal e R\$ 869,00 para o informal. Apesar da redução da distância remuneratória entre trabalhador formal-informal, em 2017 a renda do trabalhador informal representava somente 41% da renda do trabalhador formal no Ceará.

Gráfico 5.12: Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas ocupadas por caracterização trabalhista formal e informal - Ceará, 2006 a 2017.



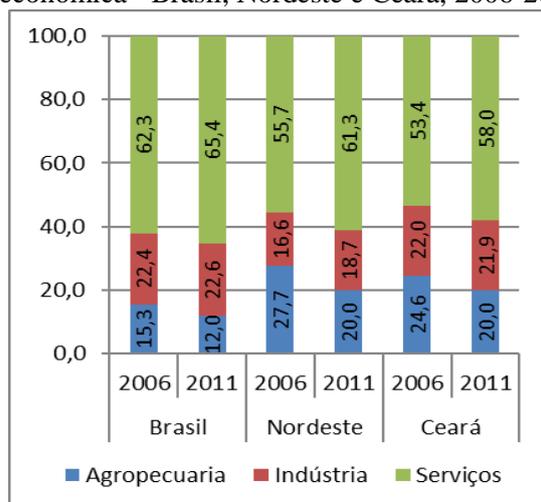
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



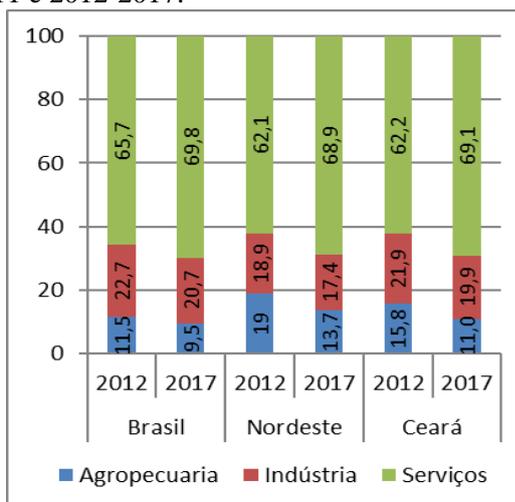
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Por fim, o Gráfico 5.13 exibe a proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas por grupo de atividade econômica: Agropecuária, Indústria e Serviços. Destaca-se a maior predominância dos trabalhadores estarem alocados em atividades ligadas ao setor de serviços, tanto no Ceará como no Nordeste e na economia brasileira. A título de informação, no ano de 2017, 69,1% dos trabalhadores cearenses estavam ocupados no setor de serviços, 19,9% na indústria e 11% no setor agropecuário.

Gráfico 5.13: Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas por grupo de atividade econômica - Brasil, Nordeste e Ceará, 2006-2011 e 2012-2017.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

6. RENDA, DESIGUALDADE E POBREZA

A economia cearense, bem como a economia brasileira, passou nos últimos anos por fortes alterações. Desde a perda expressiva de produto *per capita*, a grandes modificações na dinâmica do mercado de trabalho, assim como reformulações político-institucionais. Desse modo, diante contextos tão adversos, é salutar questionar se essas alterações interferiram no padrão socioeconômico médio de nossa sociedade. Um dado simples, mas que nos fornece o privilégio de verificar de forma rápida a indagação anterior é a variável PIB *per capita* da economia cearense, que em meados dos anos 1980 era cerca de cinco mil reais, ao passo que nos anos atuais (2015) já alcançara, aproximadamente, o triplo desse valor (R\$ 14.669,00).

Contudo, mesmo diante desse avanço, o estado do Ceará e a região Nordeste historicamente destacam-se frente às demais unidades federativas e Regiões do país como áreas que possuem um número acentuado de indivíduos em estado de pobreza. Nesse contexto, o objetivo deste capítulo é verificar o comportamento de variáveis importantes para o bem-estar social – renda, desigualdade e pobreza, da população cearense na última década e, sempre que possível, relativiza-las a região Nordeste e ao Brasil. A base de dados que viabilizou o cálculo dos indicadores é oriunda, basicamente, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 2006 a 2015, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para os anos 2016 e 2017, ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

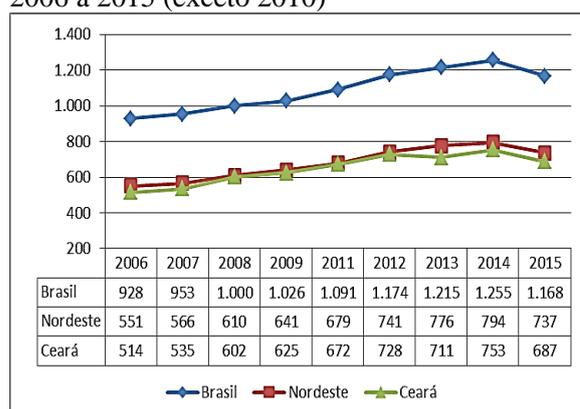
É de fundamental importância a análise desses indicadores para o estado do Ceará. Haja vista que as desigualdades, sejam elas étnicas, etárias, de gênero ou espacial, não só impedem que determinada população tenha acesso de forma democrática aos bens e serviços, como também determinam o sucesso das gerações futuras especialmente as crianças e os jovens menos favorecidos. Na verdade, o custo social que se impõe com a presença de elevadas taxas de pobreza e desigualdade em uma sociedade acaba traduzindo-se também em um expressivo custo econômico.

Assim, além desta seção introdutória, esse capítulo divide-se em mais três seções. A seção a seguir apresenta a evolução da renda média cearense. Na seção 6.2 exibe-se indicadores de desigualdade da distribuição de renda do Estado. A seção 6.3 expõe medidas de pobreza e extrema pobreza cearense. Por fim, a subseção 6.3.1 ressalta o desafio da extrema pobreza infantil no Ceará.

6.1. Evolução da Renda

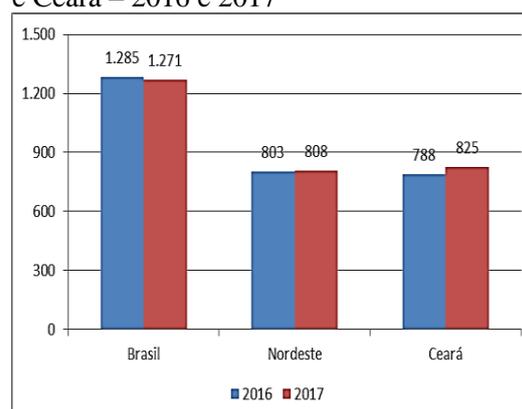
A evolução do rendimento domiciliar *per capita* médio mensal real, no período de 2006 a 2015, para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil é exposto a seguir no Gráfico 6.1a. Os dados revelam que houve uma tendência geral de crescimento no período, com o Ceará ampliando o rendimento domiciliar *per capita* médio de R\$ 514 em 2006 para R\$ 687 em 2015. Todavia, nota-se um declínio nessa tendência entre 2014 e 2015. O Gráfico 6.1b apresenta a mesma variável para os anos 2016 e 2017. Pode-se destacar que o rendimento médio cearense passou de R\$ 788 em 2016 para R\$ 825 em 2017, esse crescimento levou o estado do Ceará a apresentar média superior ao Nordeste em 2017. Contudo, em 2017, o Ceará detinha um rendimento *per capita* que representava apenas 65% da renda média nacional.

Gráfico 6.1a: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

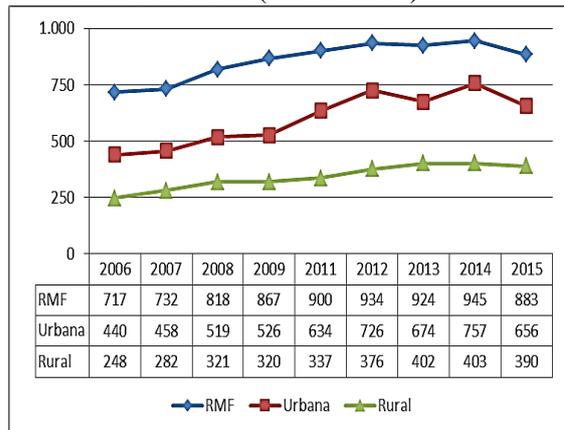
Gráfico 6.1b: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

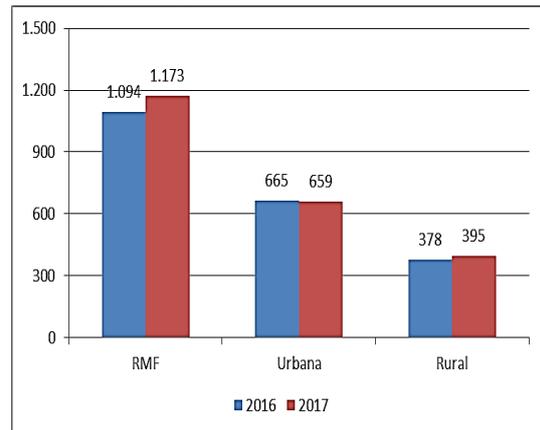
Com relação a diferenciação espacial do rendimento domiciliar no estado do Ceará, o Gráfico 6.2a apresenta o rendimento domiciliar *per capita* médio mensal real para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e os setores Urbano e Rural. No ano de 2006, a RMF exibiu rendimento médio de R\$ 717, o setor Urbano R\$ 440, e a área Rural R\$ 248. Ao passo que no ano de 2015, a RMF, o setor Urbano e Rural, apresentaram média de rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 883, R\$ 656 e R\$ 390, respectivamente. Pode-se observar que há uma prevalência de maiores rendimentos na RMF e no setor Urbano vis-à-vis a área Rural. Ademais, no período 2016-2017, destaca-se o crescimento do rendimento domiciliar *per capita* na RMF, cerca de 7,2%. Ao passo que, houve redução nas áreas urbanas do interior do Estado. Esses dados podem ser observados no Gráfico 6.2b.

Gráfico 6.2a: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – RMF, Urbana e Rural – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

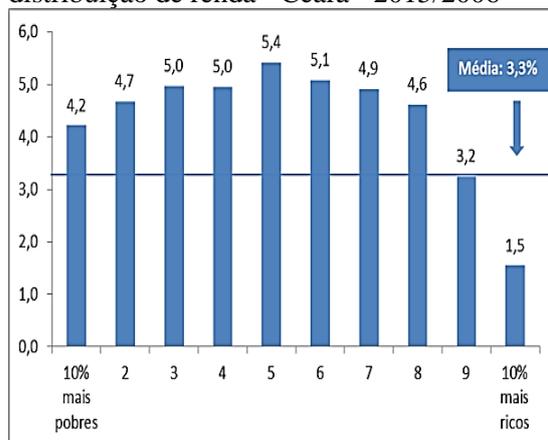
Gráfico 6.2b: Rendimento domiciliar per capita médio mensal real – RMF, Urbana e Rural – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

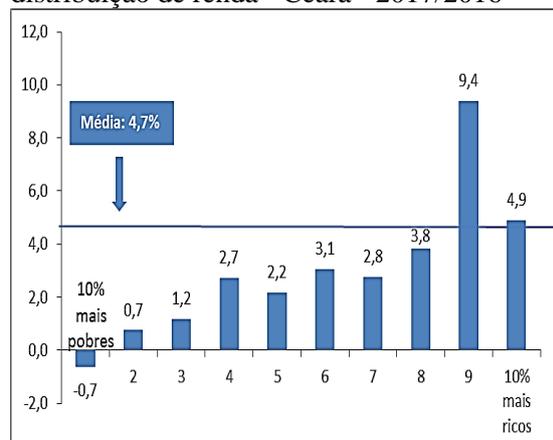
O Gráfico 6.3a mostra a taxa de crescimento da renda média *per capita* por décimos da população no estado do Ceará entre os anos de 2006 e 2015. Percebe-se que nesse período o crescimento foi maior para a população mais pobre. No Ceará, entre 2006 e 2015, a renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres (4,2%) cresceu aproximadamente três vezes mais que a renda dos 10% mais ricos (1,5%). Em média, entre 2006 e 2015 a renda cresceu 3,3% ao ano. Para o período 2016-2017, o Gráfico 6.3b mostra que o crescimento médio da renda foi de 4,7%. Entretanto, ocorreu redução da renda dos 10% mais pobres em -0,7%. Destaca-se o nono decil da população que apresentou a maior taxa de crescimento da renda, aproximadamente 9,4%.

Gráfico 6.3a: Taxa de crescimento anual do rendimento per capita por décimos da distribuição de renda - Ceará - 2015/2006



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.3b: Taxa de crescimento anual do rendimento per capita por décimos da distribuição de renda - Ceará - 2017/2016



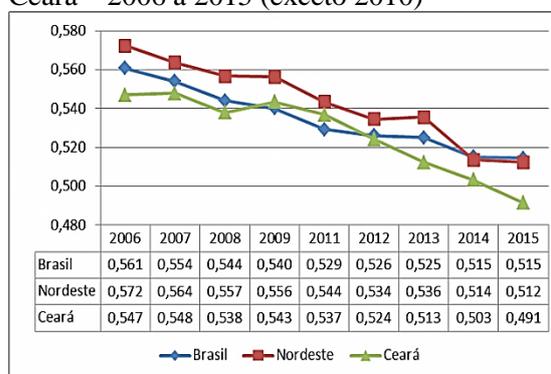
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

6.2. Desigualdade

A desigualdade de renda tem lugar cativo na agenda de pesquisa econômica, em especial na que trata de desenvolvimento e crescimento econômico. No caso cearense, este tema é uma prioridade, pois historicamente o estado do Ceará apresenta níveis de concentração de renda elevados em comparação com as demais unidades federativas.

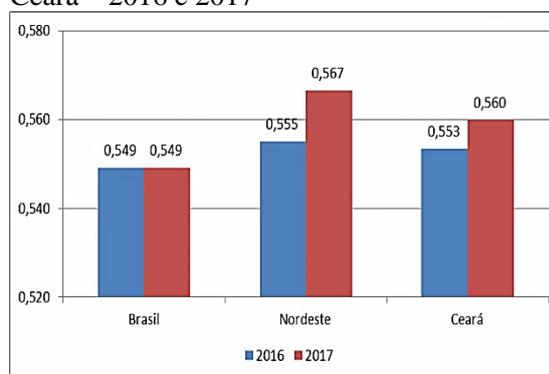
Uma medida tradicionalmente utilizada para aferir o nível de desigualdade em uma sociedade é o Coeficiente de Gini⁷. O Gráfico 6.4a apresenta a evolução da desigualdade do rendimento domiciliar per capita médio mensal do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil, para o período de 2006 a 2015, mensurado pelo Índice de Gini. Observa-se, inicialmente, que no ano de 2006 o estado do Ceará (0,547) apresentava menor nível de desigualdade que o Nordeste (0,572) e o Brasil (0,561). Essa relação permanece no ano de 2015, com o Estado (0,491) apresentando menor índice de Gini que a Região (0,512) e o país (0,515). Entretanto, o Gráfico 6.4b mostra que no período 2016-2017 enquanto o Ceará e o Nordeste tiveram crescimento dos níveis de desigualdade, o Brasil manteve-se estável no indicador. No ano 2017, o Ceará, o Nordeste e o Brasil apresentavam Índice de Gini de 0,560, 0,567 e 0,549, respectivamente.

Gráfico 6.4a: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.4b: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



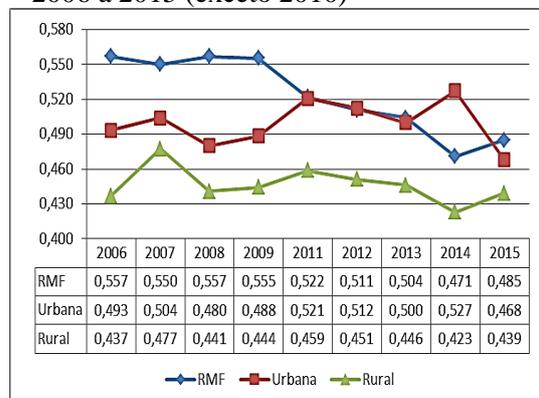
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

De acordo com o Gráfico 6.5a entre as áreas geográficas do Estado, no período 2006-2015, a maior redução da desigualdade ocorreu na RMF (12,9%), seguida da zona Urbana (5,0%) e zona Rural (0,45%), embora a RMF apresente maior desigualdade. Nota-se que há uma certa regularidade em a RMF apresentar desigualdade de rendimento domiciliar per capita mais elevada que o meio Urbano e Rural. Por outro lado, o Gráfico

⁷ O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

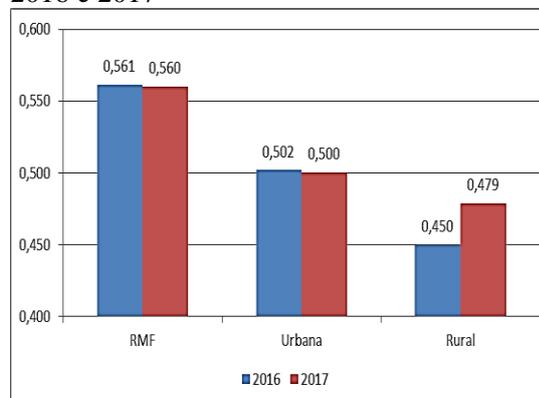
6.5b revela que entre 2016-2017 ocorreu um grande crescimento da desigualdade no setor rural.

Gráfico 6.5a: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – RMF, Urbana e Rural – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

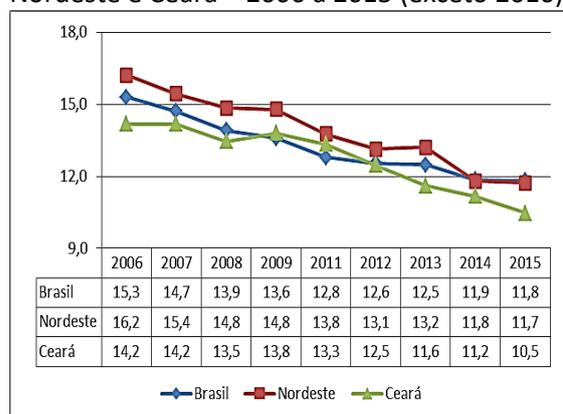
Gráfico 6.5b: Índice de Gini da renda domiciliar per capita – RMF, Urbana e Rural – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

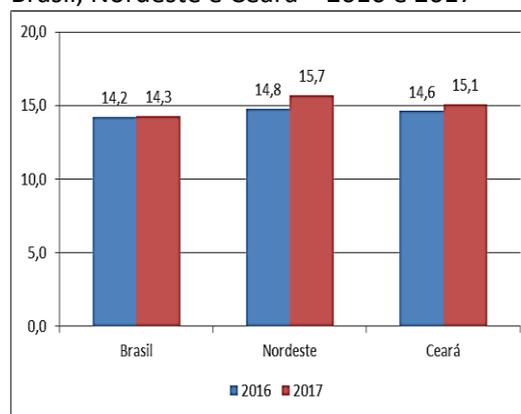
Outro indicador que reflete a desigualdade de renda é a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres. Desse modo, o Gráfico 6.6a exibe essa variável para o estado do Ceará, a região Nordeste e o Brasil. Quanto menor essa razão, menor nível de desigualdade apresenta uma determinada economia. Observa-se que no início da série, ano de 2006, o Estado (14,2) apresentava taxa inferior ao Nordeste (16,2) e ao Brasil (15,3). No ano de 2015, o Ceará (10,5) e o Nordeste (11,7) apresentaram menor taxa de desigualdade que o Brasil (11,8). Contudo, o Gráfico 6.6b mostra que levando em consideração esse indicador o Nordeste e o Ceará tiveram crescimento da desigualdade entre 2016-2017, com valores superiores à média nacional.

Gráfico 6.6a: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.6b: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017

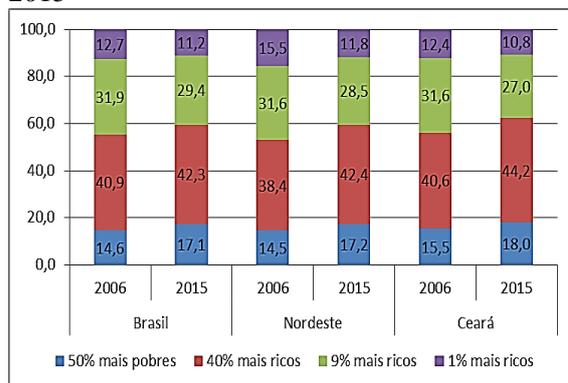


Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Outra maneira de verificar a evolução da desigualdade é analisar a proporção acumulada da renda pelos percentis da população. O Gráfico 6.7a mostra que a proporção

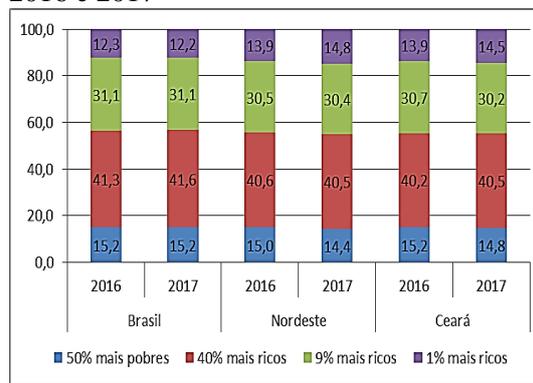
da renda apropriada pelos 50% mais pobres cresceu no período entre 2006 e 2015, ao passo que reduziu a parcela apropriada pelos 10% mais ricos em todas as áreas geográficas analisadas. Apesar desse avanço, no ano de 2015, no estado do Ceará os 10% mais ricos se apropriavam de 37,8% da renda total da economia, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 18%. No período 2016-2017, exposto no Gráfico 6.7b, observa-se que no Nordeste e no Ceará os 50% mais pobres perderam participação na apropriação da renda total da economia.

Gráfico 6.7a: Renda acumulada por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 e 2015



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.7b: Renda acumulada por estratos da população – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



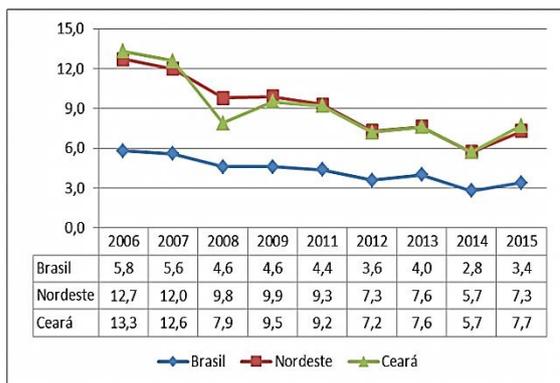
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

6.3. Extrema Pobreza e Pobreza

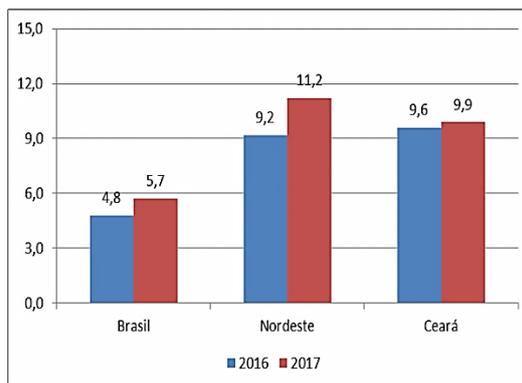
Essa subseção apresenta os indicadores atinentes a extrema pobreza e pobreza. Inicialmente, o Gráfico 6.8a exibe o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza para o Ceará, o Nordeste e o Brasil, com base em uma linha de pobreza de R\$ 70,00 com valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No período entre 2006 e 2015, o Nordeste (-42,5%) e o Ceará (-42,1%) apresentaram a maior redução da pobreza, seguido pelo Brasil (-41,3%). Porém a tendência de redução da pobreza se reverte a partir de 2014. O Gráfico 6.8b mostra que, entre 2016 e 2017 através desse critério, tanto o Brasil quanto o Nordeste e o Ceará aumentaram o percentual de pessoas em extrema pobreza. Destacando-se a região Nordeste que passou de 9,2% em 2016 para 11,2% em 2017.

Gráfico 6.8a: Percentual de pessoas na extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)

Gráfico 6.8b: Percentual de pessoas na extrema pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



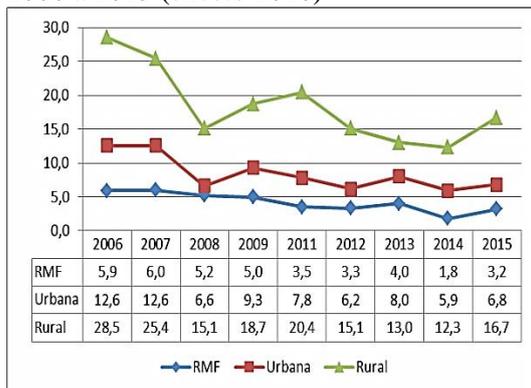
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

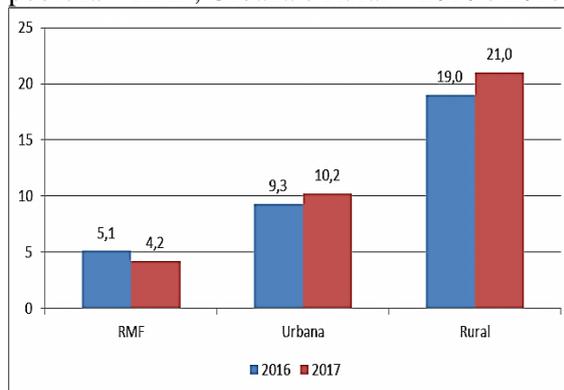
Em relação as áreas geográficas do estado do Ceará, observa-se que a RMF possui historicamente a menor taxa de indivíduos em extrema pobreza, ao passo que o setor rural apresenta as maiores proporções. O Gráfico 6.9a mostra que em 2006 a RMF, a zona Urbana e a zona Rural apresentavam 5,9%, 12,6% e 28,5% dos indivíduos em extrema pobreza, respectivamente. Em 2015, os valores eram 3,2%, 6,8% e 16,7%. Destaca-se a mudança na trajetória de redução dos indicadores de extrema pobreza do Estado iniciada em 2014. O Gráfico 6.9b expõe que enquanto o setor rural e urbano ampliaram a extrema pobreza entre 2016-2017, a RMF reduziu a sua taxa de extrema pobreza de 5,1% em 2016 para 4,2% em 2017.

Gráfico 6.9a: Percentual de pessoas na extrema pobreza – RMF, Urbana e Rural – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.9b: Percentual de pessoas na extrema pobreza – RMF, Urbana e Rural – 2016 e 2017

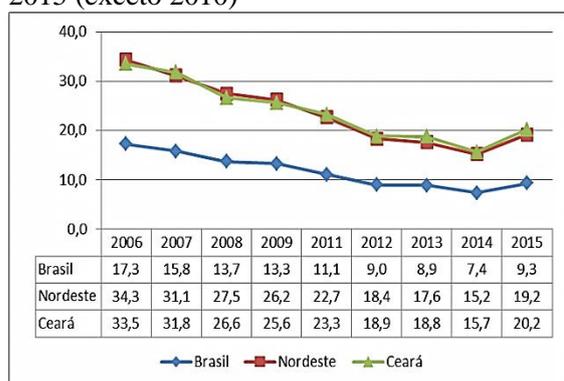


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 6.10a expõe o percentual de pessoas em situação de pobreza para o Ceará, o Nordeste e o Brasil, com base em uma linha de pobreza de R\$ 140,00 com valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). No período de 2006 a 2015, as unidades geográficas em análise apresentaram movimento comum de redução em suas taxas de pobreza. Novamente, esse indicador também revela reversão de melhoria de condições sociais entre 2014 e 2015. Cabe destacar que para o período 2016-

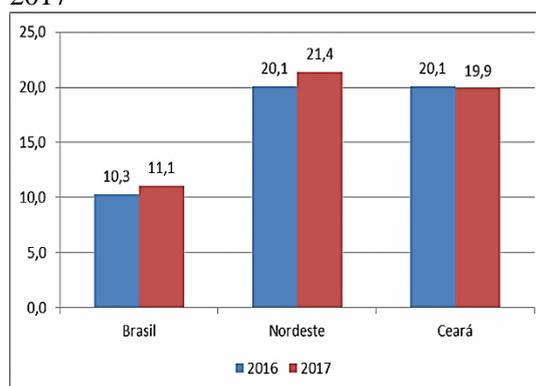
2017, exposto no Gráfico 6.10b, o Brasil e a região Nordeste ampliaram o percentual de pessoas na pobreza: de 10,3% para 11,1% no Brasil e de 20,1% para 21,4% no Nordeste. Em contrapartida, nesse mesmo período, o estado do Ceará apresentou redução em sua taxa de pobreza de 20,1% para 19,1%.

Gráfico 6.10a: Percentual de pessoas na pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

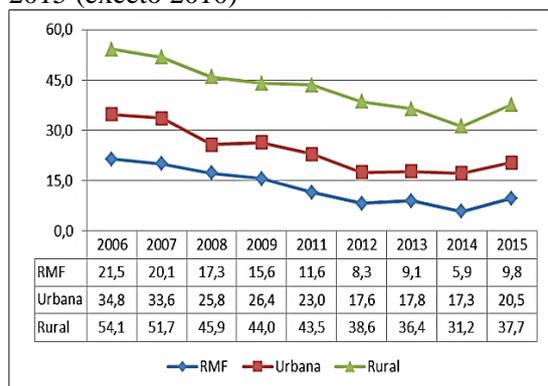
Gráfico 6.10b: Percentual de pessoas na pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

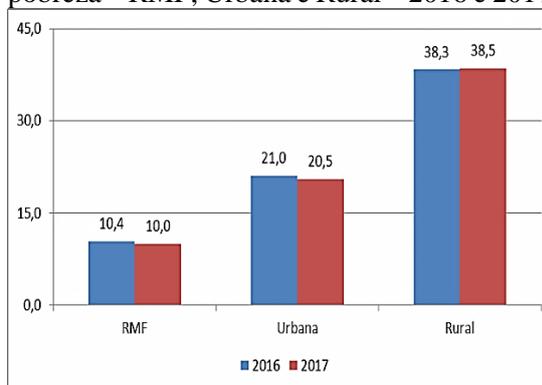
Gráfico 6.11a apresenta o percentual de pessoas pobres para a RMF, a zona Urbana e Rural do estado do Ceará, com base na mesma linha de pobreza citada anteriormente. Ressalta-se que o comportamento dessa variável foi desigual entre as áreas geográficas do Estado. Apesar de todas unidades apresentarem redução no período amostral investigado, destaca-se o maior nível de pobreza no meio Rural cearense. No ano de 2015, cerca de 37,7% da população rural ainda encontrava-se em estado de pobreza. Ademais, o Gráfico 6.11b revela que no intervalo 2016-2017 a RMF e a zona Urbana reduziram a pobreza, ao passo que o setor Rural ampliou seu indicador.

Gráfico 6.11a: Percentual de pessoas na pobreza – RMF, Urbana e Rural – 2006 a 2015 (exceto 2010)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

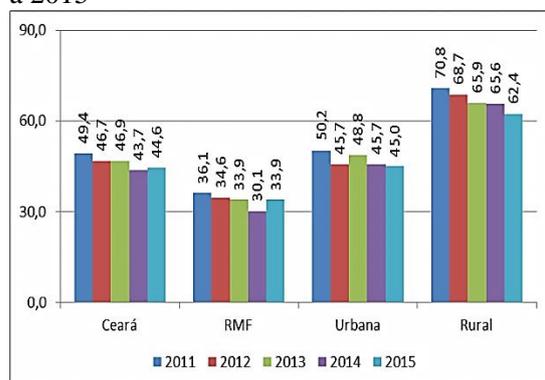
Gráfico 6.11b: Percentual de pessoas na pobreza – RMF, Urbana e Rural – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

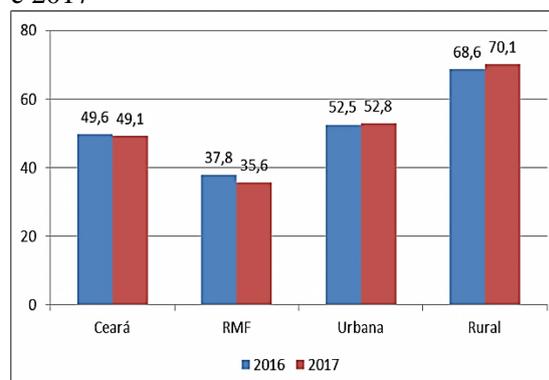
Por fim, no Gráfico 6.12a, tem-se o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de ½ salário mínimo entre os anos de 2011 e 2015. Essa camada da população constitui o público elegível para os programas de combate à pobreza financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). O percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo no estado do Ceará passou de 49,4% em 2011, para 44,6% em 2015. Dentre as unidades geográficas do Estado, a RMF apresentou o menor percentual de pessoas em domicílios com rendimento inferior a ½ salário mínimo, 33,9% em 2015. Em contrapartida, o setor rural para o mesmo ano apresentava 62,4%. O Gráfico 6.12b expõe esse mesmo indicador para os anos de 2016-2017, pode-se destacar que a redução ocorrida no Estado no percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a ½ salário mínimo foi motivada pela maior redução na RMF, dado que esse indicador piorou nesse período na zona Urbana e Rural. Entre 2016 e 2017, o percentual de pessoas com renda domiciliar inferior a ½ salário mínimo na RMF reduziu de 37,8% para 35,6%.

Gráfico 6.12a: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo – Ceará, RMF, Urbano e Rural – 2012 a 2015



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.12b: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo – Ceará, RMF, Urbano e Rural – 2016 e 2017



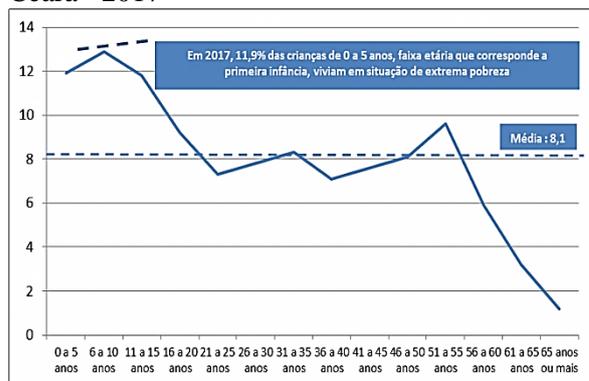
Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

6.3.1 O Desafio da Extrema Pobreza Infantil no Ceará

Com o objetivo de identificar o público prioritário para intervenções focalizadas no enfrentamento da pobreza, o Gráfico 6.13 apresenta o percentual de pessoas em situação de extrema pobreza por faixa etária, no estado do Ceará no ano de 2017, mensurado com base em uma linha de pobreza de R\$ 85 de rendimento domiciliar per capita. Um grupo etário destaca-se: em 2017, 11,9% das crianças de 0 a 5 anos, faixa etária correspondente a primeira infância, viviam em situação de extrema pobreza. Esse valor é bem superior à média de 8,1% para a população total do Estado.

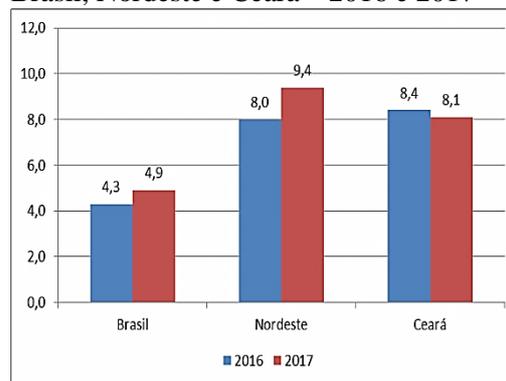
Finalmente, o Gráfico 6.14 exibe o percentual de pessoas em extrema pobreza pelo critério do Programa Bolsa Família, sem a realização do deflacionamento do valor da linha de pobreza. Por esse critério, enquanto o Brasil (14%) e a região Nordeste (17,5%) tiveram aumento das taxas de extrema pobreza, o Ceará reduziu sua extrema pobreza em -3,6%, passando de 8,4% em 2016 para 8,1% em 2017. No ano de 2017, destaca-se que o Estado (8,1%) apresenta valor inferior a média regional (9,4%), todavia superior à média nacional (4,9%).

Gráfico 6.13: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 85, por faixa etária – Ceará - 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.14: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita até R\$ 85 – Brasil, Nordeste e Ceará – 2016 e 2017



Fonte: IBGE/PNADC. Elaboração: IPECE.

Diante desses resultados, é importante empreender políticas públicas focalizadas na extrema pobreza infantil como forma de romper o círculo vicioso de extrema pobreza no Ceará. Podem-se citar como medidas, por exemplo, a educação em tempo integral com a universalização de creches e escolas do ensino fundamental, a focalização e melhoria dos serviços de saúde, especificamente para crianças, a garantia à nutrição e à alimentação adequada, criação de espaços públicos apropriados para atividades de lazer, assistência social, etc. Por fim, salienta-se que a baixa taxa de extrema pobreza idosa (acima de 65 anos) pode ser atribuída ao abrangente sistema de seguridade social brasileiro, que é eficiente em atender esse público relativamente a outros países em desenvolvimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica dos indicadores sociais dos últimos anos, ao comparar a situação do estado do Ceará com a da região Nordeste e o Brasil, e sempre que possível, por área de moradia (Rural, Urbano e RMF), permite reconhecer as conquistas alcançadas e os desafios a serem superados. Pode-se destacar, dentre as conquistas, a melhoria da educação básica, a redução da mortalidade infantil, melhoria da renda domiciliar *per capita*, redução da pobreza e o crescimento do acesso a bens de consumo duráveis.

No ano de 2017, dos 20 indicadores analisados, o Ceará apresentou uma situação melhor que a região Nordeste em 15 deles, e com uma taxa de desocupação menor que o Brasil e o Nordeste. Dos indicadores de educação é possível ainda destacar, maior redução na taxa de analfabetismo absoluto e funcional, maiores avanços no aumento dos anos de estudos da população adulta. Em relação a redução da pobreza, entre as três regiões analisadas, o estado do Ceará foi o único a reduzir a proporção de pessoas em situação de pobreza.

Dentre os desafios, destacam-se a questão da infraestrutura domiciliar, como o acesso a abastecimento de água e saneamento básico, além da necessidade de redução da extrema pobreza no Ceará. Na infraestrutura, apesar da universalização do acesso à energia elétrica, cerca de 23% dos domicílios cearenses não tem acesso ao abastecimento de água pela rede geral de distribuição. Outro indicador em situação adversa é o percentual de domicílios com sistema adequado de esgotamento sanitário, apenas 63,1% dos cearenses, em 2017, possuíam escoamento adequado. Por fim, embora o Estado tenha reduzido a taxa de pobreza nos últimos anos, a extrema pobreza exige maior atenção, 9,9% dos cearenses ainda vivem em situação de subsistência. Especialmente, destaca-se o desafio da superação da extrema pobreza infantil, já que aproximadamente 11,9% das crianças de 0 a 5 anos, em 2017, encontravam-se nessa situação, valor superior à média da população total do estado.

Finalmente, pode-se afirmar que a produção desse documento é de grande valia para a nossa sociedade e os tomadores de decisão por ressaltar e fornecer subsídios para o planejamento e execução de políticas voltadas para a redução das disparidades e promoção do desenvolvimento econômico em nosso estado.